

473 39640

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

DESCOBERTAS E DESCOBRIDORES

—D&C—

# DIOGO CÃO

MEMORIA APRESENTADA Á 10.ª SESSÃO

DO

CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ORIENTALISTAS

POR

LUCIANO CORDEIRO

S. S. G. L.

.....  
Por onde o Zaire passa claro e longo  
Rio pelos antigos nunca visto.

CAMÕES, *Lusiadas*, C. V.



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1892



SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

3

DESCOBERTAS E DESCOBRIDORES

DIOGO CÃO

MEMORIA APRESENTADA Á 10.ª SESSÃO

DO

CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ORIENTALISTAS

POR

LUCIANO CORDEIRO

S. S. G. L.

.....  
Por onde o Zaire passa claro e longo  
Rio pelos antigos nunca visto.

CAMÕES. *Lusíadas*, C. V.



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1892

230957

Ferreira do Amaral

Ministro da marinha e ultramar

e

Guilherme Capello

Governador geral de Angola

Offerece este modesto testemunho de como fizeram muito bem:

um, entregando á Sociedade de Geographia o Museu Colonial, e outro mandando recolher  
os Padrões de Digo Cão, ao Museu

Luciano Cordeiro.



Quando agora se entra na casa da Sociedade de Geographia, vê-se na linha media longitudinal do formoso atrio, cantonado pelos magnificos modelos originaes das estatuas de Simões de Almeida<sup>1</sup>, dois grandes monolithos, de fórma columnar, enfiados em fortes tripeças de ferro bronzeado que os sustentam verticalmente.

São dois dos padrões collocados por Diogo Cão, na costa occidental da Africa, ao sul do Equador: — então, padrões de descoberta e posse, perante o direito e a civilisação do tempo; — hoje e aqui, padrões ainda, do direito e da honra portugueza, perante a sciencia e a civilisação moderna.

Mutilados e escalavrados pelos soes e pelas tempestades de mais de quatro seculos, pôde bem dizer-se que retratam a alma rija e aventureira do velho Portugal, no forte aprumo e na ingenua singeleza das suas linhas, que apenas enfeita e alegre o escudo symbolico da Patria, e que apenas dominava, outr'ora, o signo triumphante da Fé com os braços estendidos ao oriente e ao poente.

*In hoc signo vinces.*

Com um bom senso providente e generoso, — a que infelizmente não nos tem costumado, n'estas cousas, — o Estado fel-os substituir e recolher, acautelando a sua completa ruína, melhor diremos o seu completo desaparecimento proximo.

---

<sup>1</sup> Estas estatuas foram executadas, em marmore, para o Gabinete portuguez de leitura no Rio de Janeiro, que offereceu os respectivos originaes á Sociedade. Representam o *Infante* (D. Henrique), *Camões*, *Vasco da Gama*, e *Cabral*.

Enviados pelo governador geral de Angola ao museu colonial, deram, como de rasão, entrada na Sociedade de Geographia com os mais objectos d'elle, em virtude do decreto de 10 de março de 1892, e por uma curiosa coincidência, vão ser tambem como que a primeira attestação pratica do bom senso e do previdente patriotismo d'aquelle diploma.

Um, o melhor conservado, o que póde dizer-se inteiro, embora lhe falte a cruz e a base do fusto, é o chamado geralmente de *Santo Agostinho*, que estava na ponta primitivamente d'este nome e hoje de *Santa Maria*, nome tradicional da bahia que a banha, ao sul de Benguella, por 13° 27', 15" S. e 21° 38' E. Lisboa.

Foi o que primeiro recebemos.

O outro, cujos dois grandes fragmentos foram agora juntos por um simples eixo de ferro, para o conservarmos integralmente erigido, como ha vinte ou trinta annos se achava ainda, alçava-se no cabo Negro, em 15° 40' 30" S. 21° 2' E., sendo geralmente conhecido por este nome.

Regressados á patria mais de quatro seculos depois de terem partido, brancos e garridos, das pedreiras calcareas de Lisboa, mal deveria suppor-se que podessem trazer-nos já alguma novidade em primeira mão.

Pois trazem-n'a, e tal, especialmente, traz o primeiro, que abala e affronta petulantemente toda a respeitavel carcaça de investigações e decretaes eruditas que têm servido á construcção da historia,— e tambem da lenda,— da descoberta da costa occidental da Africa ao sul do Equador.

# I

Como todos sabem, mas convem summariamente lembrar, andas nas chronicas e nos roteiros, ou convencionou-se que andava,— tem-se considerado, em summa, como cousa perfeitamente liquidada e assente,— que em 1484, Diogo Cão,— «cavalleiro»— ou —«fidalgo»— da casa e côrte de João II, descobrira o Zaire (Congo), e que entre este anno e o de 1486, proseguindo a descoberta para o sul, collocára na foz do grande rio e em dois outros pontos da costa,— nos cabos de Santo Agostinho e Negro,— tres padrões, os primeiros em pedra então adoptados como balisas de descoberta e posse das terras ultramarinas.

Letreiros esculpidos n'elles, resavam do feito e revelavam o intento, em portuguez e latim, affirmam uns, copiando Barros<sup>1</sup>, e mais em arabigo, acrescentam outros, fazendo sobresair a auctoridade de Duarte Pacheco<sup>2</sup> que o diz.

---

<sup>1</sup> Mas ordenou (João II) que leuassem hũ padram de pedra daltura de dous estados de homem com o escudo das armas reaes deste reyno e nas costas delle hũ leteiro em latim e outro em portuguez: os quaes disiam que rey mandára descobrir aquella terra e em que tempo e per que capitam fora aquella padram aly posto: e encima no topo hũa cruz de pedra embutida com chumbo.

(*Asia de Joam de Barros*, etc. Lisboa, m. v. lxx, 1552.)

<sup>2</sup> *Esmeraldo de Situ Orbis*, Livs. 3 e 4. Ms. Cópia da Bibl. Pub. de Lisboa. Fallando do padrão do Zaire: — «um longo padrão de pedra com tres leteiros: um em lingua latina, outro em portuguez e outro em lingua arabica».

Fallando do do Cabo Negro ou do Padrão: — «o qual tem um padrão de pedra com tres leteiros, um em lingua latina, outro em arabigo e outro em nossa lingua». O mesmo, um pouco mais desenvolvido, quando falla do padrão do ilheu da Cruz, de *Bartholomeu D. is.*

A da Silveira (*Ann. Mar. e Col.*), decide-se por Pacheco, suppondo que teria isto os padrões, por dizer:

«E a experiencia nos tem ensinado porque por muitos annos e tempo que estas

«Temos por verdadeira a sua asserção» — observava em 1845 o erudito investigador Albano da Silveira, sobre os textos manuscritos de Pacheco, comparando-os com a indicação do celebre chronista.

E com singular authoridade, — pois que lh'a dava, não só um investigador erudito, mas um observador idoneo e directo, — a Academia das Sciencias de Lisboa publicava em 1872 esta desconsolada sentença :

—«É já tarde, hoje, para tirarmos essa duvida, aliás insignificante (!); estão por tal modo obliteradas as inscripções dos que ainda existem que nada se pôde dizer. Achamos, todavia, muito possivel que tivessem letreiros em arabe, visto que nos navios que os levavam (?) embarcaram interpretes d'essa lingua<sup>4</sup>».

Notemos de passagens que estas indicações peremptorias da obliteração e do polyglotismo das inscripções, longe de excluir o padrão de *Santo Agostinho*, que todos podem examinar agora, vinte annos depois, expressamente incidiam n'elle.

Podem ainda divergir, — e têm divergido, realmente, e calorosamente se têm contradictado ás vezes, — as opiniões e as referencias relativas á ordem chronologica da collocação dos padrões, ao seu numero, ao das viagens de Cão, ao dos navios até, ou á patente official do navegador, que aliás continúa pouco menos que desconhecido aavez de todas estas indagações interessantes, mas ligeiramente confusas.

Sobre a questão, porém, que parecêra dever ser a capital, da data da primeira descoberta do Congo e da costa ao sul, — um dos mais importantes estadios do caminho da India, — é que não se tem manifestado o mesmo interesse de investigação e de critica.

*região das Ethiopias de Guiné temos navegadas e praticadas, em muitas tomámos alturas do sol e sua declinação.»*

Mas tambem depois d'elle quanta gente tem navegado e praticado aquellas partes, e visto realmente os padrões, enganando-se inteiramente ou não dizendo a verdade d'elles ! Vae vê-se.

<sup>1</sup> *Os padrões dos descobrimentos portuguezes em Africa*, pelo socio correspondente Alex. Magno de Castilho. (*Mem. da Acad.*, 2.<sup>a</sup> classe, t. iv, p. 1, 1872.)

É curioso que depois d'isto, Castilho diz :

«Se porém nos não é dado affirmar cousa alguma a tal respeito (a lingua das inscripções), podemos affoutamente assegurar que, pelo menos, ainda ha poucos annos, se viam de pé alguns d'esses padrões, e que eram o original da verdadeirissima descripção do nosso Barros.»

Ora alem de que os existentes de pé, eram os de Santo Agostinho e do Cabo Negro, muito differentes entre si, como todos podem agora verificar, Barros exclue a inscripção em *arabigo* que Castilho achava muito possivel.

Póde bem dizer-se que não tem havido, ou que tem parecido não poder haver duas opiniões sobre o assumpto, e pelo menos, conciliam-se e accommodam-se todas, n'estes limites extremos: — 1484-1486.

A data mais antiga das descobertas de Cão, ao sul do Equador, até agora e definitivamente fixada é esta: — 1484.

Tem-se concedido que fosse mais tarde.

Mais cedo é que não.

«É certo, — observa Lopes de Lima<sup>1</sup>, como observaram e desprezaram outros, — «é certo que *todos dizem* de Diogo Cão *que outra vez já lá fôra por descobridor*, e póde ser que essa viagem anterior fosse feita no anno de 1484; *mas não foi n'ella que descobriu o Zaire e o Congo*».

Porque?

Guardou o illustre escriptor para si, apenas, as rasões d'esta asserção terminante, ou, mais exactamente, derivou-a do facto de serem conformes Garcia de Rezende e Ruy de Pina em dar aquella descoberta — «como effectuada no anno de 1485», — segundo lhe pareceu e affirma.

Mas a versão de Barros, ou o que se deduziu da narrativa d'elle, prevaleceu geralmente.

Contando como se descobriu o Congo, Barros, — sabem-no todos, — diz que Diogo Cão, partindo em 1484, e tendo passado a Mina, o cabo Lopo Gonçalves e o de Catharina para o sul, entrára no Zaire, tomára conhecimento da existencia de um importante potentado que dominava a região, enviáva-lhe emissarios e como estes se demorassem, apprehendera quairo indigenas, prometendo trazel-os dentro de quinze luas ou mezes, e fizera-se na volta de Lisboa a communicar a descoberta ao Rei.

Este, alvoroçado e satisfeito, mandára-o voltar prestes ao *Rio do Padrão*, que assim se ficára chamando do primeiro padrão de pedra, então collocado na sua foz, e começa aqui a historia da segunda viagem de Cão, em que elle descobre a costa ao sul, até ao Cabo Negro, desembarcando n'alguns pontos, apprehendendo mais alguns exemplares humanos, collocando outros dois padrões, e, reentrando no Zaire, indo conferenciar com o *Muene* da terra — o *Manicongo*, — de quem trouxe a Lisboa uma embaixada presidida por *Caçuta*, o futuro D. João da Silva, em 1486, anno em que Diogo Cão voltou, — diz inesperadamente Barros, — «da sua primeira viagem do Congo<sup>2</sup>».

<sup>1</sup> *Descobr. e posse do reino do Congo. (Ann. Mar. e Col., 5.ª serie, n.º 3, 1845.)*

<sup>2</sup> C. III — Como foy descuberto o reyno de Congo per Diogo Cam caualeiro

Comprehende-se que esta phrase, bruscamente contradictoria com toda a narrativa anterior, não podia deixar de perturbar seriamente os commentadores.

Mas não pensando em que a primeira viagem narrada podesse ter sido um pouco confusamente incluída nos successos de 1484 em diante, ou devesse entender-se apenas como reminiscencia de successos anteriores, estes senhores, considerando indiscutível aquella data inicial para toda a empreza de Cão, differentemente trataram de explicar a circumstancia, realmente singular, de Barros chamar á viagem terminada em 1486 a *primeira*, depois de ter narrado as duas, dando-a como segunda.

Codine, por exemplo, cortou a direito, dizendo que realmente a viagem de 1484 terminára em 1486, mas, como precisava de encontrar a segunda, imaginou que fôra n'este ultimo anno que ella se fi-

da casa delrey : e alem d'elle descobriu duzentas e tantas legouas : em o qual descobrimêto assentou tres padrões que forã os primeiros de pedra . . .

«*E o primeiro descobridor que levou este padram (vide nota 1, pag. 93), foy Diogo Cam canaleiro de sua casa o anno de quatro centos e oitenta e quatro indo já pela mina como lugar onde se podia prouer dalgũa necessidade, e dhy foy demãdar o cabo de Lopo Gonçalvez q̃ está hũ grao da banda do sul. Passado o qual cabo e assy o de Caterina que foy a derradeira terra que se descobriu em temp o delrey dõ Alfonso: chegou a hũ notavel rio na boca do qual, da parte do sul meteo este padram como quem tomava posse por parte delrey de toda a costa que deixava atras . . . e ora lhe chamam de Congo por correr por hũ reyno assy chamado que Diogo Cam esta viagem descobriu posto que o seu proprio nome do rio entre os naturaes é Zaire.*»

Depois de narrar o envio dos emissarios e a apprehensão dos quatro indigenas :

«Chegado Diogo Cam a este reyno (Portugal) *folgou elrey dom Joam muyto, etc.*

«Elrey por causa do tẽpo em que Diogo Cam limitou sua tornada (as 15 luas) por os nossos (emissarios) nam padecerem algum mal : *mandou que tornasse logo, leuando muytas cousas a elrey de Congo.*

«Chegado Diogo Cam á barra do rio do padram . . . *entrando em seu descobrimeto pela costa adiante.* . . .

«Na qual viagem passou elle Diogo Cam *alem deste reyno de Congo obra de dosẽtas legouas onde pos dous padrões hũ chamado Sãcto Agostinho que deu o nome do padram ao mesmo lugar.* . . . e outro junto da manga das areas per rasam do qual se chama o lugar o cabo do padram.»

E narrando a reentrada no Zaire, a conferencia com o *Muene*, e a vinda do embaixador Caçuta, acrescenta :

«Porque neste tempo em que Diogo Cam *veo da primeira vez de Congo, qu e foy no anno de quatro centos oitenta e seis, tambem este rey de Benij mãdou pedir a elrey que lhe mandasse lá sacerdotes.*»

(*Asia*, D. I. Liv. 3, 1552.)

zera terminando dois annos depois, o que entendeu conformar-se com as referencias chronologicas relativas á restitução de Caçuta, já christianisado, á corte do *Muene*, em 1490<sup>1</sup>.

Castilho estabeleceu uma explicação um pouco mais casuistica, mas no fundo mais conforme com os factos e com os modos de dizer do tempo:— quando Barros dizia que em 1486 é que Diogo Cão voltara da sua *primeira* viagem do Congo, referia-se á que fizera á côrte do *Muene*, no interior, a conferenciar com elle, que fôra realmente na *segunda* que fizera... ao rio<sup>2</sup>.

Como se vê, accordado e assente que fôra sómente de 1484 em diante que se descobrira o Zaire e a costa ao sul, as cousas não se têm revelado tão nitidas e tão faceis de harmonisar, que não obriquem a estas e outras interpretações e hypotheses mais ou menos inconsistentes e engenhosas.

A questão é toda do ponto de partida, da data inicial de 1484, mas essa tem permanecido respeitada e tem parecido indiscutivel, amparada pelos testemunhos de Barros, de Duarte Pacheco, de Galvão e de outros, ou pela comprehensão interpretativa d'esses testemunhos venereis.

Duas noticias de procedencia estranha, mas soffrivelmente auctorizada, se acrescentaram ás dos nossos proprios textos.

A ellas teremos de referir-nos mais largamente.

São a do *Globo* de Beheim (1492) e a da *Chronica* de Nuremberg (1493).

Narra esta ultima a expedição de Diogo Cão, como iniciada em 1483 proximamente, e tendo durado vinte seis mezes.

Dá o *Globo* indicios precisos d'essa expedição referidos a 1484 e 1485; tem-se entendido até que elle diz positivamente que durára dezanove mezes, o que em confronto com aquelle outro praso, tem servido de base a complicados calculos.

Publicando pela primeira vez a Carta que nobilitou o obscuro navegador, Albano da Silveira, viu sómente n'esse documento interessantissimo que se Diogo Cão partira no anno alludido para a descoberta — «não fôra de certo antes de 14 de abril de 1484», — data da Carta.

Mas acrescentou logo, muito meticoloso: — «é mais provavel que partisse n'esse anno que no seguinte, aliás teria de esperar nove mezes no reino».

Veremos logo o valor da affirmativa e da hypothese.

<sup>1</sup> No relatorio ácerca do trabalho de Castilho. *B. de la Soc. de Géogr. de Paris.*

<sup>2</sup> *Os padrões*, etc. 2.<sup>a</sup> mem. (*Mem. da Acad.*, 2.<sup>a</sup> cl., t. iv, p. 1.)

Uma larga e renhida discussão, relativamente recente, condensou, confrontou e apurou todas as noticias e argumentos que pareciam poder liquidar e esclarecer o assumpto, esgotando-o e encerrando-o definitivamente perante a moderna historia geographica.

Referimo-nos aos interessantes trabalhos de Castilho, o illustre auctor do *Roteiro da Costa Occidental da Africa*, e de Jules Codine, um distincto investigador francez<sup>1</sup>.

A auctoridade incontestavel dos dois, a erudição, a critica cuidadosa, a argumentação sincera e elevada de ambos, deram a este terceiro um particular e sympathico interesse e imprimiram-lhe um caracter exhaustivo que ainda hoje póde dizer-se que se conserva intacto.

A esta especie de inquerito contradictorio foram chamados a depór os proprios Padrões.

Um, o do Zaire, não podia comparecer.

Desapparecêra, ou era, para o effeito, como se desapparecêra.

Os outros,— estes que hoje temos aqui,— haviam sido interrogados onde haviam sido postos, onde estavam.

Vira-os muita gente, haviam-lhes tocado muitas mãos, e tanto que algumas se tinham permittido deixar n'elles signaes fundos do seu contacto irreverente, profanador, como o considerava Castilho.

Havia descripções, e, de um, havia estampas.

Estavam, como estão, vivas, muitas pessoas que os conheciam de perto.

Chegára uma a desconfiar que podia ler estes caracteres romanos:— XXXI—e perceber letras gothicas na face voltada ao poente, do de Santo Agostinho<sup>2</sup>.

As armas reaes,— «antigas,»— ainda se distinguiam, mas, de resto, as velhas pedras eram completamente mudas.

Sem contestação nem reserva, ficou positivamente assente que nada diziam.

Se em alguns pontos, contudo, não foi possível, como em outros, o perfeito accordo dos habéis e eruditos contendores de 1872, o da data consagrada de 1484, como a primeira, ou a mais antiga das descobertas do Zaire e ao sul, continuou, e subsiste, indiscutível e corrente.

Este é o *estado da questão*.

<sup>1</sup> *Os padrões, etc.* (*Mem. da Acad.*, 2.ª cl., t. iv, 1872), pelo socio correspondente Alex. Magno de Castilho. Id. em fr. *B. de la Soc. de Géogr. de Paris*, etc.

<sup>2</sup> Castilho, l. e.

## II

Quando estavam fabricados e promptos para serem collocados os novos padrões que haviam de substituir, e estão já substituindo, os antigos, nos respectivos locaes, o illustre governador geral de Angola, meu velho amigo, pediu-me que lhe indicasse, rapida e precisamente, as datas que n'elles se haviam de inscrever,— a exemplo do que em 1859 se fizera na substituição do de *S. Jorge*,— como sendo as dos padrões primitivos ou as da descoberta que attestavam.

Naturalmente, esta determinação precisa embarçou-me, tanto mais quanto é certo, e não tenho occultado, parecer-me, ainda, bem pouco precisa e clara a chronologia das descobertas atlanticas do seculo XV, e particularmente das de Diogo Cão ao sul do Equador.

Não haveria logar, realmente, para muitas duvidas e hesitações, a respeito d'estas ultimas?

Eram perfeitamente conformes e decisivos os textos; tinham sido bem comprehendidos, ou não o poderiam ser por outra fórma?

Não se teria confiado de mais, ou muito simplesmente, na tradição *impresa*, o que é, certamente, mais commodo, o que continua a ser, infelizmente, mais vulgar, mas o que todos os dias se está vendo, tambem, quanto é imprudente e perigoso?

Condiziam os factos ou as datas deduzidas com as circumstancias e com os acontecimentos conhecidos, incontestaveis, certos, que melhor poderiam facilitar e garantir a authenticação d'essas datas, a verificação d'esses factos?

Mas haveria, por outro lado, direito para bruscamente, sem justificação detida, sem revisão publica de uma questão ou de um processo que se considerava esgotado e encerrado, definitivamente; sem documento, novo, sequer, substituir, n'uma especie de registo official, noções e datas consagradas?

Suggerir uma duvida, recusar, até, uma data, seria facil, talvez. Mas contrapor-lhe outra, mas preencher a lacuna?

Nem havia já logar e tempo para fazer senão o que realmente se fez, que foi manter nos padrões novos a referencia antiga, a versão corrente, auctorisada, positiva.

Devia á lealdade propria a noticia d'este incidente, prevenindo um reparo, que por informação minha, sómente, pôde fazer-se agora; acautelando um erro que por isso que sou o primeiro, talvez o unico, que pude já convencer-me que o é, não devia occultar que teve de algum modo, e nem foi só n'este caso, a minha collaboração indirecta, embora até hoje todos tenham commungado n'elle, sem rebates de duvida.

Entre a hesitação ou a suspeita que surge perante o consenso geral; entre a convicção até, muitas vezes obscura, por dizer assim: instinctiva, que reage, e uma repulsão precisa ou um desmentido terminante d'esse consenso, é consideravel a distancia, pelo menos para quem tem o amor e o culto sincero e serio da verdade e da sciencia.

Tenho, por exemplo, e de ha muito, — nunca o occultei, — a certeza moral de que o Brazil não foi descoberto casualmente, como tem sido e é crença e versão vulgar. Considero o acaso da tempestade que levou Cabral á America do sul, positivamente como uma lenda, e uma lenda grosseira e postera.

Está claro que cheguei a esta convicção por um certo numero, mais propriamente por uma certa classe de considerações e de circumstancias, — de factos e documentos até.

Succede-me cousa analoga em relação á chamada descoberta da America por Colombo, cuja historia, como se não andasse já bastante cheia dos mais claros erros, se está complicando, exactamente agora, e até entre nós, com novos absurdos e disparates.

Não desespero, tambem, de ver convertida em certeza historica a minha certeza moral, de que essas, como outras descobertas ainda, pertencem, de direito e de facto, integralmente, pela propria natureza das cousas, como logicas e necessarias resultantes d'ellas, á geographia e á historia portugueza do seculo xv.

Mas a questão é esta, como ainda ha pouco tive de responder a um sabio estrangeiro que me interpellava sobre a descoberta do Brazil.

É poder transformar-se essa certeza moral n'uma certeza historica, dentro e conforme os principios e os processos, para mim, pelo menos, indispensaveis a uma affirmação scientifica.

Como para attingir a primeira basta ás vezes um pequeno facto,



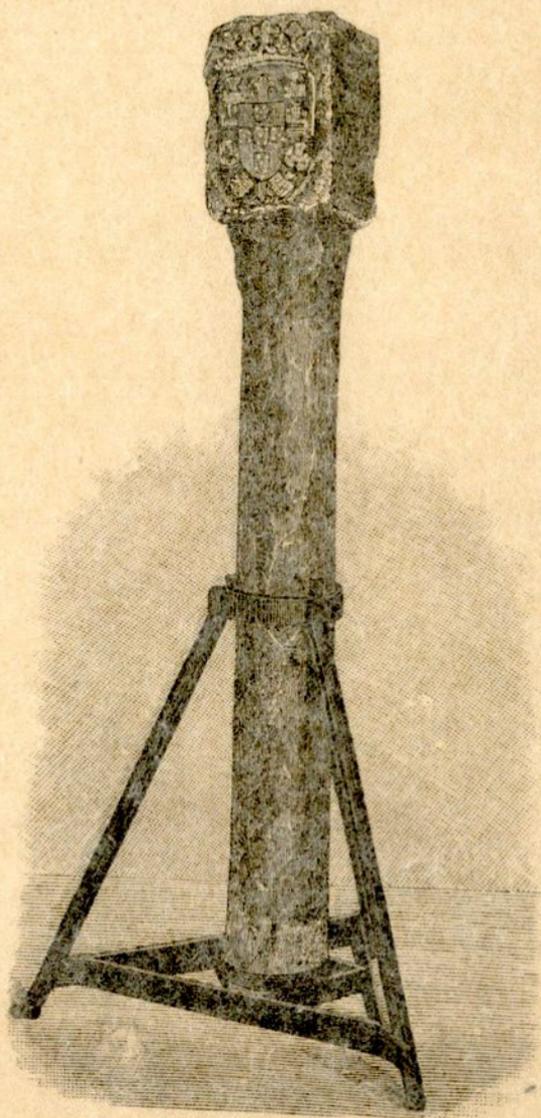


Figura 1

*Podrão de Santo Agostinho, (Museu da Sociedade de Geographia de Lisboa)*

uma circumstancia que ficou incomprehendida ou que não foi sufficientemente ponderada na formação do conceito geral,— para que a certeza historica se formule e imponha, arredando e dissolvendo esse conceito, quantas vezes não basta, tambem, um facto, um documento, uma data que casualmente, que inesperadamente se nos revela e descobre, obrigando-nos a uma revisão nova das noções ou dos documentos conhecidos?

Sabem e comprehendem isto, de certo, quantos convivem, de perto, e sinceramente, com estas cousas.

Pois é o que succede agora em face dos nossos padrões.

Como disse, foi o primeiro que recebemos o que se erguia no cabo primitivamente chamado de *Santo Agostinho*,— *de san Augustino*, segundo o *Globo* de Beheim (1492) e o mappa Martellus (1489),— e depois de *Santa Maria*, em 13° 27' 15" latitude sul e 21° 38' longitude E. de Lisboa, e não em 15° 50' de latitude ou mais adiante, como errou Major.

A estampa respectiva, tal como elle entrou e se acha hoje na Sociedade de Geographia, suppre sufficientemente a descripção minuciosa. (Fig. 1.)

Como se vê, é elegantemente simples, de uma pronunciada feição gothico-joaninna<sup>1</sup>.

Pela primeira vez é desenhado,— pois que nenhuma estampa anterior conheço d'elle.

Castilho, que o viu em 1851,— «de milha ao mar»— e colhera informações directas e fidedignas, descrevia-o assim, muito summariamente, na sua memoria:

«Constava de um pilar de pedra, que ao todo teria uns 2 metros de alto, formado de dois corpos, o inferior cylindrico e o superior cubico, e de uns 0<sup>m</sup>,3 de aresta; alardeava as armas portuguezas antigas na face do cubo que olhava para o norte, e percebiam-se-lhe algumas letras gothicas nas outras faces. O nosso camarada o sr. Pedro Craveiro Lopes, (1859) leu o numero XXXI em caracteres romanos, na face voltada para oeste. Alem d'esses vestigios de letreiros de antiga data, se viam tambem n'elle *E. O.* e um nome que parecia inglez, mas não se percebia bem, na face de leste; e *Serra do Pilar 10—5—54*, e *2. C.* na occidental. Releve-se-nos o classificarmos de profanação estas pueris inscripções modernas.»

Esta descripção, deficiente e vaga, é principalmente valiosa pelas

---

<sup>1</sup> Permittam o neologismo como necessario á distincção do chamado gothico manuelino, e para não fazer bulha não direi agora por que o julgo tão apropriado e legitimo como esta ultima designação.

indicações que permitem conhecer exactamente qual era a collocação primitiva do monumento.

É elle, convem notar, de uma só pedra, calcarea ou de lioz, vulgar nas pedreiras de Lisboa e arredores: — nas pedreiras de Alcantara, observou-me já alguém.

Tem de altura 2<sup>m</sup>,16 sendo 1<sup>m</sup>,69 a do fusto e 0<sup>m</sup>,47 a da cabeça ou cubo, devendo considerar-se, porém, que lhe falta evidentemente a base, ou parte d'ella, pelo menos.

A largura das faces do cubo, aliás, n'alguns pontos, escalavradas nos angulos, é de 0<sup>m</sup>,33, e a circumferencia do fusto é de 0<sup>m</sup>,73.

A meio da face superior do primeiro, vê-se a cava e embutido da cruz, que por esse embutido se reconhece ter sido de pedra igual á do resto monumento.

A cruz partiu cerce, restando, apenas, essa parte, embutida a chumbo, como indicava Barros <sup>1</sup>.

Calculou-se entre 400 a 500 kilogrammas o peso total do monumento, no estado actual.

Naturalmente, foi nas faces do cubo que se me concentrou a attenção, quando, mandando desfazer a forte armadura de madeira em que todo o padrão vinha cuidadosamente envolvido, me achei, com indescriptivel commoção de respeito, de orgulho e de tristeza, em face d'aquelle severo testemunho da nossa rija e intrepida vitalidade nacional de ha quatro seculos.

A primeira surpresa que senti, e que mais viva ainda se reproduzirá agora em quantos contemplem o formoso monolitho, foi, não já a de que nunca se tivessem definitivamente revelado as inscripções d'elle, mas a de que, positivamente, se tivesse até hoje affirmado a sua obliteração completa, a mudez absoluta, irreductivel, da historica pedra.

Não seria necessaria uma grande experiencia d'estas cousas, para ao primeiro relance perceber que, com maior ou menor difficuldade, com mais ou menos lacunas, essas inscripções, poderiam, ainda, ser estudadas e lidas.

Ligeiramente espanejadas, apenas, pude ao terceiro calco <sup>2</sup>, considerar assegurada a revelação integral de todas ellas, e hoje, simplesmente lavadas por esses calcos, todos podem lel-as, directamente, com regular facilidade.

Uma das faces, a do norte, segundo Castilho, é occupada exclusi-

<sup>1</sup> ... e encima no tço hãa cruz de pedra *embutida com chumbo*. L. c.

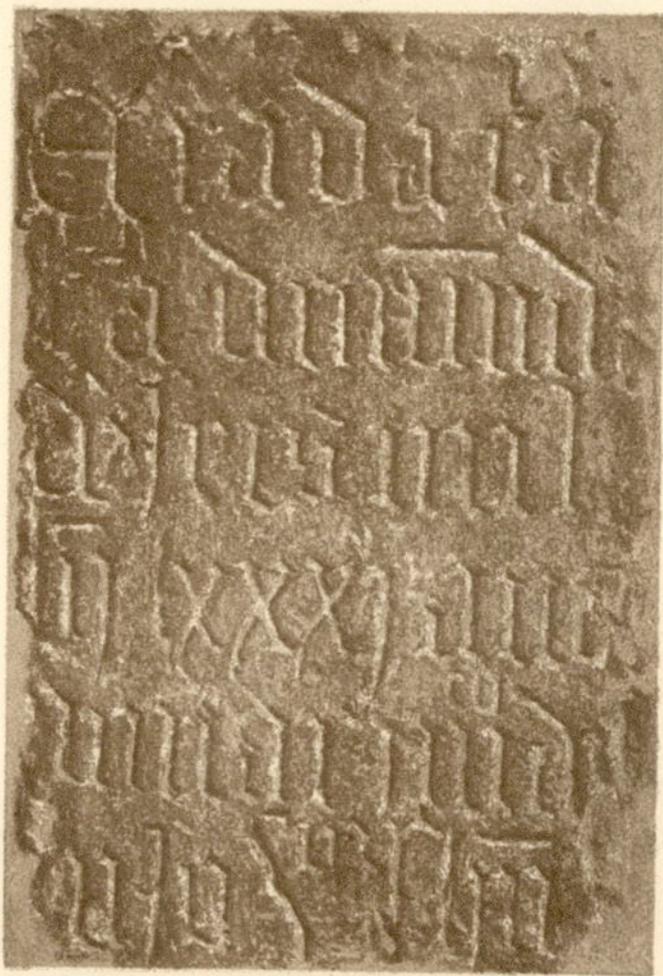
<sup>2</sup> A papel, agua e escova, sómente, que é o mais rudimentar e ainda o melhor processo.





*Fig. 2*



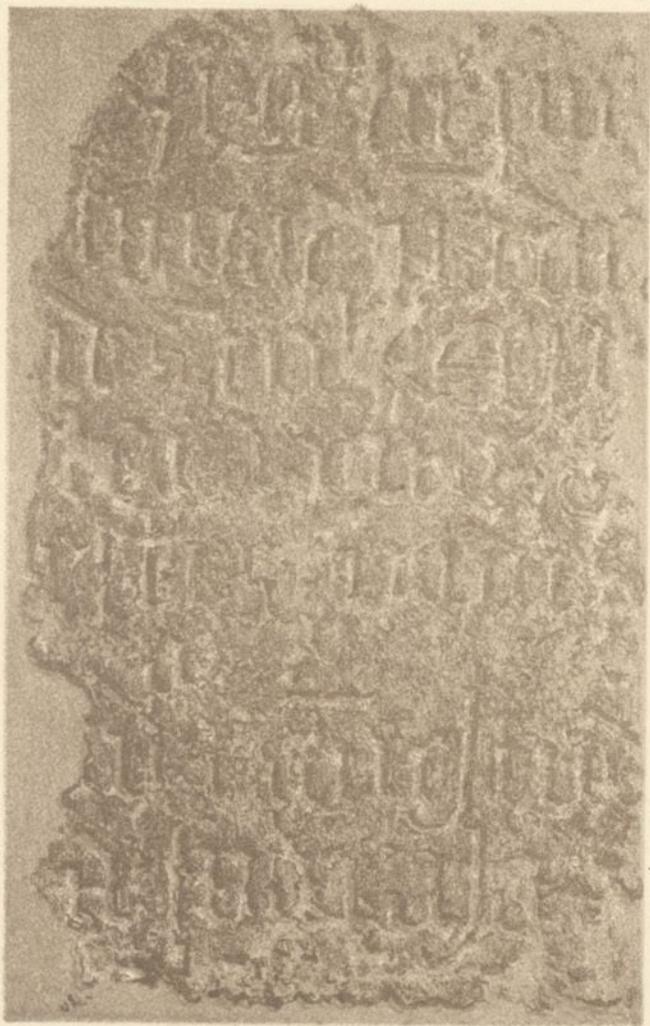


*Fig. 5*



*Fig. 4*





*Fig. 5*



vamente pelo escudo de armas nacionaes de João II, na primeira maneira,—a de Affonso V, ainda, note-se bem<sup>1</sup>,—com as quinas convergentes e a cruz de Aviz superior, inferior, e lateralmente, entre os castellos em numero de oito, tudo em alto relevo excellentemente conservado. (Fig. 2.)

Na face á direita começa a inscripção,— pois que formam um só corpo, as de todas,— cavada em caracteres gothicos de transição, parecendo revelar nas abreviaturas, por vezes *forçadas*, um trabalho menos detido e folgado do que o do escudo; talvez o trabalho expedito e rudimentar feito na occasião e no local. Começemos pela reprodução graphica sobre o magnifico *fac simile* photographico de Camacho.

É a face ou a parte que estava exposta ao poente, ao mar, evidentemente a melhor conservada, a mais nitida.

A sua leitura faz-se immediatamente :

*Era da c'a*  
*çã do mund(o)*  
*d(e) seis mil*  
*b̄j lxxxj ano*  
*do nacimen<sup>to</sup> d(e)*  
*(n)oso S<sup>or</sup> Jhũ*  
 (Fig. 3.)

É a face vizinha, a que devia estar voltada ao sul. Continúa o

<sup>1</sup> Em Beja (1485) teue el Rei Conselho sobre as moedas que auia de fazer e ainda não tinha feitas : pera as quaes anouou e ordenou algumas cousas no Real escudo de suas armas. E a primeira mudança foy q̄ tirou do dito escudo a *Cruz verde* da Ordem Daus que nelle por grande erro, como parte das armas sustanciaes, andaua já encorporada : porque el Rey dom Ioaõ o I seu visauo, antes que deuidamente e por autoridade Apostolica se intitulasse Rey dos Reynos de Portugal e do Algarue, era Mestre Daus, e depois de ser Rey tomou por deuoaçã da Ordem assentar o escudo das armas de Portugal sobre a *Cruz verde com as pontas della fora do escudo na bordadura* . . . E depois por descuido, ou pouco auiso dos reys das armas, andou assi muito tempo em vida del Rey dom Duarte, del Rey dom Affonso, e por tirar isto, que parecia mal, el Rey *a mandou entãõ tirar de todo fora*. E assi mandou mudar *os cinco escudos de dentro, porque os dois das ilhargas andauã atrauessados com as pontas debaixo pera o do meio*, que parecia cousa de quebra, e *os pos todos direitos com as pontas pera laixo*, da maneira em que agora andaõ. Resende, *Chr.*, C. LVII.

dizer da primeira, menos nitidamente, já, mas lendo-se sem hesitação :

*d(e) mil cccc(l)*  
*xxxj) anos o*  
*muj alto m(ui)*  
*(e)icelete pod(e)*  
*(r)oso p<sup>r</sup>ncipe*  
*(el) Rey dō J<sup>am</sup>*

(Fig. 4.)

É a ultima face, a do oriente, a do lado da India, — curiosa coincidência, e nella termina a inscripção :

*Seg<sup>o</sup> de po(r)*  
*tugal mãdo(u)*  
*descobr<sup>r</sup> Est(a)*  
*ter<sup>a</sup> e poer*  
*estes padro<sup>o</sup>*  
*(p) d<sup>o</sup> cão escud<sup>o</sup>*  
*de sua casa*

(Fig. 5.)

Póde exigir-se maior facilidade de interpretação e de leitura, a uma inscripção cavada em calcareo, sobre a qual dardejaram os soes, sopraram os ventos e caíram as tempestades de mais de quatro seculos?

Correntemente, sem grandes hesitações, quasi á primeira leitura, preenchendo apenas as lacunas de uma ou outra letra estragada, oblitterada ou omittida, de uma ou de outra abreviação conhecida :

1 — *Era da crea-*  
*ção do mundo*  
*de seis mil*  
*681, anno*  
*do nascimento de*  
*Nosso Senhor Jesus Christo*

2 — *de mil quatrocentos*

*82 annos, o  
mui alto, mui  
excellente e pode-  
roso principe  
elrei D. João*

3 — *Segundo, de Por-*

*tugal mandou  
descobrir esta  
terra e pôr  
estes padroes,  
por Diogo Cão, escudeiro  
de sua casa.*

Não eram pois polyglotas os letreiros, como até hoje se tem acreditado: nem em portuguez e latim, como diz Barros, nem em portuguez, latim e arabico, como se deduzia de Duarte Pacheco e preferiam Albano da Silveira e Castilho. Eram simplesmente em portuguez, e podemos acrescentar que portuguezmente bem simples, pois que tambem se tem phantasiado um pouco a redacção.

Porventura Barros, Pacheco, e, na fé dos dois, os mais, confundiram, n'esta parte, os padrões de Cão com os de Bartholomeu Dias ou com os de Vasco da Gama, que melhor conheceriam, e que teriam, talvez, em mais de uma lingua os letreiros.

A propria leitura das referencias de Pacheco suscita naturalmente a suspeita d'esta confusão.

Mas se não podemos considerar perfeitamente insignificante esta questão da lingua dos letreiros dos primeiros padrões, como affectou consideral-a Castilho, é certo que nos achámos em face de um outro problema muito mais importante, e incontestavelmente de um alto interesse historico.

É o da nova data, precisa e indubitavel, affirmada na inscripção, e affirmada não só pelos simples algarismos que directamente a exprime, mas, como vamos ver, por duas referencia, igualmente positivas que a corroboram, e que excluem, até, a idéa de um erro ou de um equivoco n'esses algarismos.

Que essa data é a de 1482 não offerece duvida séria: a primeira

metade d'ella lê-se sem a menor hesitação, estando apenas deteriorado o primeiro traço do *m*, na palavra *mil*; na segunda metade, ainda quando se não percebessem vestígios do *l*, indicativo de 50, os caracteres romanos *xxxij* conservam-se perfeitamente nitidos, e a leitura 82 é indeclinavel.

Mas, na sua singeleza, a propria inscripção parece ter providentemente acautelado a affirmação chronologica que fazia.

Não é um luxo erudito, ali, a indicação precisa da *era da criação*, suscitada talvez pela idéa de que o monumento podesse ser interrogado ou fallar a gente que não conhecesse ou que não seguisse a chronologia christã.

Se o anno se tivesse obliterado ou suscitasse duvidas, conservando-se, como se conserva, perfeitamente nitida, a *era* (*seis mil bjlxxxii* = 6681) facil seria reconstituir aquelle.

Qualquer livro dos fins do seculo xv resolveria o problema, nem seria preciso ensaiar muitas das cento e tantas *eras da criação* colhidas por Hales<sup>1</sup>, que logo a do velho Bede nos offerceria a de 5199 para reduzida d'aquella, nos dar o anno de 1482, exactamente o do padrão (6681 — 5199 = 1482).

Parecerá, comtudo, tão extraordinaria a revelação d'esta data, em face da versão sempre dominante e corrente de que só depois de 1484 se adoptara os padrões de pedra e se descobrira e apadroara do Equador para o sul, que não passaremos adiante sem notar ainda outra referencia positiva e irrecusavel, que defende e corrobora a nova e inesperada indicação.

É a qualidade modesta que o descobridor se attribue no proprio padrão que foi mandado collocar:

— *Diogo Cão*, escudeiro, — diz este.

Não foi pois, evidentemente, em 1484, pois que em 14 de abril d'esse anno é elle feito fidalgo — «*de cota de armas*», — e já então é chamado pelo Rei — «*cavalleiro de nossa casa*».

Foi antes.

Como teremos nova occasião de observar, o interessante documento de 1484 não foi devidamente considerado e comprehendido pelo proprio investigador que primeiro o publicou.

Menos o têm sido pelos que se têm referido a elle, sem o ler sequer, como, geralmente, parece.

Ora é claro que assim como sendo — «*fidalgos*» — Diogo Cão não se designaria por simples — «*cavalleiro*»: — se já tivesse recebido esta

<sup>1</sup> Tabl. cit. na *London encycl.* N.º 5, 1839.

promoção, que nem era então puramente honorifica e nominal, quando foi — «poer estes padrões», — não se teria qualificado de simples — «escudeiro», — situação rudimentar e inferior, como faz na inscripção que lhe havia de perpetuar o nome.

Suppondo ainda que entre as duas graças mediassem poucos mezes, apenas, pôde ter-se, desde logo, por certo que Diogo Cão não era já escudeiro em principios de 1484, devendo ser pois realmente anterior a collocação do padrão que por tal o denuncia. Revelal-o-hia, pois, esta mesma circumstancia quando a *era* e o *anno* não se affirmassem tão clara e decisivamente, como todos podem verificar agora.

Não pôde haver duvida: é 1482 a data do padrão.

Antecede em dois annos, pelo menos, a consagrada para a adopção dos padrões de pedra, para a descoberta do Zaire, para a navegação e descoberta de Diogo Cão ao sul do Equador.

Antecede, mesmo, em tres ou quatro annos a computada geralmente para a sua collocação no cabo de *Santo Agostinho*.

Fez-me já alguem uma observação, que, embora de um valor critico mais do que duvidoso, pôde realmente perturbar um pouco, no primeiro momento, os espiritos menos experientes.

Feitos e datados em 1891, os novos padrões destinados a substituir os antigos, foram, por circumstancias supervenientes, collocados alguns mezes mais tarde, e já em 1892<sup>1</sup>.

Um dia, em face da inscripção d'esses padrões novos, julgar-se-hia, poderia até affirmar-se, que elles haviam sido realmente collocados em 1891 quando o haviam sido depois, ou no anno seguinte. Não teria sido feito tambem o velho padrão e a inscripção respectiva em 1482, como ella diz, mas, por quaesquer circumstancias, collocado depois, mais tarde; talvez, realmente, em 1485 ou 1486?

A propria identidade de circumstancias e de situação, inquina de casuistico o reparo, que, alem de tudo, facilmente se mostra inconsistente.

Mas, em vez de ensaiarmos hypotheses ou de esgrimirmos com ellas, revejamos o processo. Quantos d'esta natureza se têm revelado viciosos nas conclusões que aliás passaram já em julgado?

---

<sup>1</sup> Vide *Documentos* no fim. O novo padrão de *Santo Agostinho* foi collocado, substituindo o antigo, em 9 de janeiro de 1892. Houve pois, sómente, por circumstancias imprevistas, um anachronismo... de nove dias.



### III

Um genealogista do seculo XVII cita a familia *Cão* como exemplo de persistente herança biologica, attribuindo-lhe o appellido, sob a fórma obsoleta de *Cano* (do latim *canis*), a um prematuro e hereditario encanecimento do cabello nos individuos d'esta familia<sup>1</sup>.

Tem pronunciado sabor de lenda erudita e fidalga, a explicação.

Outros accusam a existencia de uma especie de solar, em S. João de Sá, proximo de Valladares, em grande casa que ostentava o braço da familia<sup>2</sup>.

Que braço?

O que foi dado a Diogo Cão, quando D. João II o separou do— «numero de plebeu»,—segundo a phrase caracteristicamente original.

Mas a genealogia, que póde ser, e é muitas vezes, um bello auxiliar da historia, tem feito com os pobres *Cãos* uma das suas grandes trapalhadas, sem conseguir destrinçar d'elles, o obscuro navegador.

Muito antes que se tornasse historico, apparece o appellido n'um ou outro documento, e cita-se até, como longiuco ascendente da familia, um Lourenço Cão que em tempo de Affonso IV era padroeiro do velho

---

<sup>1</sup> «Cierta es que en algunas familias se conseruaron particulares qualidades, que en ellas duran largos tiempos deriuandose de padres a hijos. Desto dan claro testimonio los naturales y vemos muchas vezes por experiencia principalmente en los deste linage quien dieron el apellido de *Canos* por encanecer de cabello antecipadamente. El renombre es antiquo pues del se haze mencion en el tiempo del Rey D. Ioan I.» (Ant. Soares Albergaria, *Triunfos de la nobleza Lusitana*. 1631. Ms. da Bibl. Nac.)

O conhecido geneologista Pedrosa (Ms. idem), diz de Gonçalo Cão:—«he o 1.º que achamos com este Alcinha de q̃ disem ficou aos desta familia por encanecerem mui depressa».

<sup>2</sup> A. Carv., *Chrog. port.*—J. L. Manso de Lima, *Geneal.* Ms. da Bibl. Nac.

mosteiro de S. Simão, ao sul de Villa do Conde, restaurado e enriquecido largamente em 1110 pelo celebre D. Payo Guterres <sup>1</sup>.

É porém, em Traz os Montes, e com a fundação de Villa Real, que os Cães começam a afflorar na historia, presidindo um d'elles até, áquelle factó extremamente interessante do nascimento genuinamente portuguez de uma das nossas povoações mais importantes <sup>2</sup>.

Organizando a primeira administração da sua grande *povoa* realenga, D. Diniz enviou-lhe tres magistrados, que foram, simultaneamente, dos seus primeiros colonos:— Affonso Botelho, por Alcaide Mor do Castello, e Pedro Affonso Cão e um Taveira por administradores civis e judiciaes <sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Manso Lima, l. c. — S. de Baena, *Bol. da Soc. de Geog.*

<sup>2</sup> Segundo boas tradições honra-lhes hoje a descendencia o nosso illustre viajante e escriptor Lopes Mendes. Dil-o elle proprio:

— «Vindo de uma familia de aventureiros, como *Diogo Cam* e outros, de raça mosarabe que tiveram — «o ninho seu paterno,» — na Alcaidaria Mor de Villa Real de Tras-os-Montes, em que nascemos e a qual casa inda hoje existe na antiga rua da *Amargura*, modernamente chamada da *Municipalidade*, conservando a mesma *architectura da epocha anterior a D. João II...*» (L. Mendes, *Viagem á America Austral*. 1882-1883. Ms. da Soc. de Geogr.)

<sup>3</sup> O sr. A. A. Teixeira Lobato, presidente da camara municipal de Villa Real e distincto estudioso, cujo conhecimento calorosamente agradeço ao meu amigo Antonio de Azevedo Castello Branco, generosamente me facultou dois livros manuscritos do seculo passado existentes n'aquella camara, onde colhi muitas das indicações novas que dou aqui. É um d'esses livros a compilação de noticias antigas, que officialmente se mandou fazer em 1721 para a academia de historia, e contém cousas extremamente interessantes. É o outro uma *Nobiliarchia* referida ás casas fidalgas de Villa Real, feita por um sujeito Cunha, de Provezende, com os desenhos a claro escuro, dos respectivos brazões.

Diz-se no primeiro que as noticias mais antigas foram extrahidas de velhos documentos por quem os sabia lêr, e de um — «memorial particular de antigo tempo que hoje pára na mão de Domingos Rafael Diniz, moço da Camara do Snr. infante D. Francisco e seu Ouvidor na villa da Castanheira que o levou».

A fl. 6 lê-se o seguinte:

«Povoada esta Villa Real dentro dos muros hoje chamada Villa Velha... mandou o Senhor Rei Dom Dionisio (aliás Diniz) tres Familias nobres para guarda e governo da dita Villa como foram Affonso Botelho, casado com Theresa Cunca, quem encarregou as Chaves do Castello com o titulo de Alcaide Mor para elle e seus descendentes, como tambem Pedro Affonso Cam, casado com Briolanja da Nobrega e hum Fulano Taveira, a quem eucarregou as cousas da Republica, que todos mandou da cidade de Lisboa e delles procedem grande parte da nobresa desta villa e do termo della.»

Uma noticia que se encontra nos geneologios, de dois *Caos* que cedem terrenos para a edificação do convento de S. Domingos, na carta regia que auctoris a edificação não é perfeitamente exacta, pois na carta de 20 de novembro de 1421 os cedentes indicados são: Diogo Gomes de Azevedo, fidalgo, Diogo Affonso

Casado com uma Briolanja da Nobrega, este Pedro Affonso iniciou a prolífica prole dos Cãos que d'ali se propaga, rapida e largamente, cruzada com os Nobregas e os Magalhães transmontanos, os ultimos dos quaes parecem ter dado á historia o celebre Fernão de Magalhães.

Uma Genebra de Magalhães, que se suppõe irmã d'este ultimo, foi segunda mulher de um d'esses Cãos, — Pedro Cão — que os genealogios dizem ter passado á India em 1538, e ter sido cavalleiro do infante D. Henrique!

Ha muito provavelmente erro de data, devendo ser esse Pedro o que encontro escrevendo em 25 de novembro de 1532 ao rei como alcaide mór e feitor de Sofala, sobre a má execução dos regimentos reaes<sup>1</sup>.

No seu empenho, porém, de nobilitar antecipadamente o appellido, os genealogistas conseguem, apenas reconstruir, mais ou menos, seguramente, um dos ramos que não é aquelle em que Diogo Cão se encontra ou em que não é elle o individuo, d'este nome, que alardeia: — um Diogo Cão, irmão do Pedro alludido, que foi — «letrado em Montemór o Velho onde casou<sup>2</sup>».

Martim seu irmão, Vasco Pires, mercador, Marta Salvador, e Alvaro Vasques e seus creados.

<sup>1</sup> Arch. Nac., Corp. Chr.

<sup>2</sup> A noticia dos genealogistas, — mais propriamente de alguns, pois que a maioria nem isto colheu, — dá o seguinte:

— *Alvaro Pires Cão*: teve tres irmans: Eria P. Cão que casou com Pedro Alvares da Nobrega, Mecia Cão e Maria Cão. Casou Alvaro com *Briolanja da Nobrega*, irman daquelle Pedro Alvares da Nobrega, e teve: Ruy Cão, Heitor Cão, Briolanja Cão, que foi mulher de Garcia Fernandes de La Plaçuela, e Catharina Cão, mulher de Pedro Lopes do Cano.

Notemos a coincidencia de nome das mulheres deste Alvaro e do Pedro Affonso Cão já citado. Serão uma e a mesma havendo confusão com os maridos? Uma *Briolanja da Nobrega com suas irmans* deixou os bens que Antonio de Magalhães, descendente da fidalga Casa da Barca instituiu em morgado, — *o de Sabroso*, — em 1588. Dos filhos do Alvaro, o primeiro, Ruy Cão, diz-se que foi cavalleiro do infante D. Henrique e casou com Iñez Dias, filha de Fernão de La Plaçuela, fidalgo ou aventureiro castelhano que serviu Affonso V, e parente do outro. A este consorcio averbam-se os seguintes filhos:

— Pedro Cão de Nobrega, o tal que foi — «para a India» — em 1538. Casou em Evora com Brites Figueiredo de Azevedo, e segunda vez com Genebra de Magalhães, irman — «que disem ser» — de Fernão de Magalhães.

— Diogo Cão, — «letrado» — casou em Montemor o Velho e teve Simão Cão.

— Antonio Cão, outro letrado, juiz de fóra em Montemór o Novo — «onde o matarão indo prender hūs ladrões».

— João Cão.

Outro, ou o mesmo, viveu em Provezende, proximo d'aquella villa, instituindo uma das capellas da igreja matriz.

Não é comtudo, duvidoso proceder o navegador africano da familia de Villa Real que através dos varios cruzamentos, ostentou até ao nosso tempo o brazão que elle obteve, brazão conservado nas velhas memorias da terra com a exacta versão da sua origem.

Foi ali, segundo a tradição constante, que elle nasceu, e uma antiga noticia local suggere até inesperadamente a idéa de que os padões que elle foi o primeiro a collocar alem mar em Africa, poderiam reflectir uma recordação patria, tendo elle sido, talvez, não apenas o primeiro executor mas o delineador da substituição das cruces de madeira, como signaes de descoberta christã, pelas balizas em pedra, de posse e senhorio portuguez.

Fundada e demarcada pelo poder real, reservada á sua jurisdicção exclusiva, a grande *povoa* transmontana tinha em torno, balisando-lhe os terrenos que lhe eram privativos e por vezes lhe foram disputados e cercçados, fortes padões de pedra symbolicamente affirmativos, na sua singela esculptura, do dominio e da defeza realenga.

Um, distinctamente caracteristico, se erguia no adro da velha igreja, cuja descripção parece singularmente assemilhal-o a este de *Santo Agostinho* que temos agora aqui. De cabeça rectangular,—*quadrada*, diz o velho papel,—apresentava n'uma das faces do cubo,—

—Fernão Cão.

—Ruy Cão, que passou á India em 1543.

—Leonor Cão, que casou com Antonio Botelho o moço.

—Isabel Cão, que casou com Gaspar Antas Teixeira.

(Ped., *Geneol.*—Manso, *Fam.*, etc.)

Um geneologista falla de André Affonso Cão—«general de gales entre o Douro e Minho,»—e é a este que dá por mulher Genebra de Magalhães.

Em lhes dando para disparatar, o que lhes acontece a miudo, infelizmente, estes senhores entontecem quem os consulta.

Já agora offereçamos-lhes mais dois nomes authenticos :

—Leandro Cão da Nobrega, de quem o livro de memorias da camara de Villa Real recorda o seguinte :

—«... pessoa de antiga nobresa desta Villa Real, deixou que o Cura desta igreja de S. Pedro (*fundada em 1528*) lhe dicesse por sua alma em cada um anno para sempre 20 missas resadas, a cuja obrigação deixou vinculada hua sua morada de casas sitas na passagem que vae da rua da Portella para a rua de S. Paulo bem defronte da rua da Ferraria desta Villa...»

—E o padre José da Nobrega Cão, tambem de Villa Real e Reitor da Igreja de S. Thiago de Andrães, que em 1679 instituiu em S. Paulo daquella villa, uma missa em titulo de morgado—«e deixou por cabeça d'elle *um rubim da grandesa de hua avellã engastada em hum anel d'ouro* que seria possuido por todos os administradores do Morgado...»

na do norte, tambem, — o escudo das armas reaes, e nas outras, inscripções que se diz rezavam apenas do nome expressivo da villa<sup>1</sup>.

Póde ser, é até natural que seja uma simples coincidência casual; são vulgares e de longe se usaram estas balizas de pedra, mas alem de que a sua applicação especial ás descobertas maritimas, iniciada por Diogo Cão, não deixa de ser um facto interessante, sob mais de um aspecto, aquella coincidência não deixa de ser tambem curiosa.

O que é certo é que onde se encontra, com segurança, denunciada a ascendencia immediata de Diogo Cão, é no proprio diploma que o nobilita.

Falla-se n'elle nos serviços prestados pelo pae e pelo avô, citando-se, infelizmente, apenas, o nome d'este: — Gonçalo Cão.

Foi um valente soldado de João I e do Condestavel, e figura já nas chronicas.

Á ordem do segundo foi ao Alandroal, no Alemtejo, salvar o capitão Alvaro Contado ou Questado, que Vasco Porcalho, commendador de Aviz, entregára aos hespanhoes.

A estes tomou, tambem, Badalhouce, segundo recorda o diploma regio.

De Diogo Cão, pessoalmente, nada se sabe alem das viagens e descobertas que lhe esclareceram e perpetuaram o nome.

Alguns genealogistas dizem-n'o servidor, — cavalleiro, até, — da casa do infante D. Henrique. Simples e grosseira presumpção, se não equivoco, com um Ruy Cão — cuja descendencia principalmente rélatam.

É ainda o diploma regio, a que tantas vezes temos alludido e havemos ainda de recorrer, que nos denuncia ter Diogo Cão militado e navegado em Africa e — «nas partes da Guiné». Fazia-se então esta distincção geographica que, não attendida hoje, póde induzir-nos em erros consideraveis.

Vagamente, sempre, conjecturam-lhe alguns investigadores, dois filhos: — Pedro Cão e André Affonso.

Um, parece revelar o documento que adiante apontaremos.

<sup>1</sup> Aos marcos que demarcavam os terrenos da *povoia* realenga, tendo esculpido o escudo e uma espada, diz o livro de memorias de Villa Real que chamavam: — *marcos da redonda*, — talvez antes — *da redondeza*.

O do adro da igreja velha desereve-o elle assim:

— «e dentro do adro da mesma egreja para a parte do norte se poz um Padrão levantado com tradição de que he do mesmo tempo, *que tem no simo uma cabeça quadrada, em um lado que fica para o norte* defronte da rua direita que vai para a Igreja *tem um Escudo com as Armas Reaes douradas e pintadas das Cores necessarias e em dous lados mais tem um letreiro de letras de ouro levantadas que diz — Real Villa . . .*»

Pedro Cão acompanhou D. Francisco de Almeida á India, em 1505, servindo de alferes da bandeira real nos ataques de Quiloa e Mombaça. Morreu n'um combate naval na India<sup>1</sup>.

Contemporaneo de Diogo Cão, encontro na Torre do Tombo, de 1490 a 1514, um fr. Nuno Cão, apresentado na vigairaria de Santa Maria do Funchal (Madeira).

Nas chronicas aparece-nos um Gaspar Cão, que se tornou notavel ao serviço de Affonso de Albuquerque.

Era capitão de um dos navios da esquadra que em 1510 tomou Goa, sendo até um dos primeiros a entrar na cidade. Damião de Goes conta d'elle um bello episodio caracteristico<sup>2</sup>.

No desastroso ataque de Aden, em 1513, um grupo de intrepidos, de que fazia parte Gaspar Cão, chegando a entrar na praça, viu-se rijamente repellido pela mourama.

Salvaram-se os que poderam, e Gaspar, com um outro soldado, foi dos ultimos a retirar. Chegando á beira do cubello, onde contava encontrar as cordas que se haviam lançado ali para que descessem, não as encontrou já.

Então,— «fazendo o signal da cruz, se lançou do cubello abaixo, e do salto quebrou uma perna, de que depois morreu na ilha de Camaram».

É conhecido outro Gaspar Cão, que alguns genealogistas erradamente dão por primeiro bispo de S. Thomé<sup>3</sup>, e que foi o quarto:—frade Agostinho, eleito em 1554 e fallecido em 1574.

Vagamente se cita, ainda, um Diogo Cão que servindo na fortaleza de Ternate descobrira, á ordem do capitão D. Jorge de Menezes, um novo caminho para Malaca por Borneu.

E um Mamede Cão, muito estroina, deu bem que fazer aos Vice-Reis da India.

<sup>1</sup> Goes, *Chr. de D. Manuel*.

<sup>2</sup> *Chr. de D. Manuel*.

<sup>3</sup> Manso Lima, l. c. — S. de Baena, idem.

## IV

Já que tão escassas informações existem do grande navegador africano, reunamos piedosamente estas, que não lhe desmerecem o nome.

D'elle, particularmente, as mais seguras e positivas que temos, são, como dissemos, as que elle proprio modestamente nos legou na pedra e no pergaminho do registo official, bem escassas tambem, e ainda em cima desconhecidas ou desdenhadas na copia de copia dos chronistas, a que se tem reduzido a historia dos nossos descobrimentos.

Dir-se-ia que á espera de que um dia o chamassem a corrigir essa historia, tantas vezes injusta, se conservára, firme e integro, até nós, este padrão de *Santo Agostinho*, que agora nos obriga á revisão d'ella.

Em 1482 diz elle que o pozera ali Diogo Cão, simples escudeiro, então, de D. João II.

Dois outros documentos authenticos e irrecusaveis, um dos quaes até agora absolutamente desconhecido e inedito, vão positivamente completar e corroborar este depoimento inesperado.

É um,— e que parece incrível que se tenha conservado desconhecido, quanto até o denuncia o proprio indice do Corpo chronologico!— uma carta regia, de 8 de abril de 1484, que affirmando os serviços de Diogo Cão, já então feito cavalleiro,— «nas partes de Guiné, como em outros logares», — e — «em especial em esta ida onde o enviámos a descobrir terra nova nas ditas partes de Guiné, de que ora veio, em que recebemos d'elle muito serviço» — lhe confere e manda pagar, — «d'este primeiro janeiro que ora passou de 484 em diante» — a importante tença annual de 10:000 reaes brancos, em sua vida e na — «de um filho seu que por seu fallecimento ficar<sup>1</sup>».

---

<sup>1</sup> Vide *Documentos*. Tão excellentemente escripto e conservado no vol. 23 da

Acrescenta-se, ainda, a graça, de singulares isenções e seguranças, em que se revela a satisfação e o applauso do intelligentissimo monarcha, tão calorosa e energicamente preocupado em assegurar a descoberta e posse das terras ethiopicas e do caminho da India.

Chegára pois a Lisboa, Diogo Cão, em 1483, ou, quando muito, principios de 1484, d'essa viagem cujos resultados praticos tão satisfactoriamente haviam correspondido aos desejos e intentos do Rei.

Será já arriscada hypothese a de que em 1482 partisse para ella ou n'ella andasse?

Não diz, porém, o documento quaes esses resultados fossem; não affirma, expressa e claramente, a descoberta, menos ainda a collocação dos padrões?

É certo, nem fora razoavel esperar-se ou exigir-se essa affirmacão insolita.

Mas a esse documento succede outro, no mesmo mez e anno, poucas paginas, até, adiante d'aquella em que elle se acha, no mesmo livro 23 da chancellaria de D. João II, em bello pergaminho e nitida escriptura do tempo.

É um diploma datado tambem de Santarem, onde então estava a corte, em 14 do mesmo mez e anno de abril de 1484.

Transcripto, não do original, como era facil, mas da copia da *Leitura nova*, por Albano da Silveira, em 1845<sup>1</sup>, chega a ser assombroso que nem elle, nem os que depois d'elle affectaram conhecer esse documento, lhe comprehendessem a importancia fundamental, — porque não diremos já — decisiva!

Leram-n'o mal até, e tanto que de um feito realisado que elle exactamente galardeava, fizeram uma commissão a desempenhar ainda, sem pensarem sequer que não se explicava, então, o proprio character do documento.

Viram sómente a data, para estabelecerem, n'uma obsecação teimosa, que se Diogo Cão partira n'esse anno, e não mais tarde, para o que têm chamado a sua primeira descoberta e collocação de padrões, não fôra de certo antes de 14 de abril, data do diploma.

E não viram que elle não somente denunciava viagem anterior, mas era a propria attestacão e o proprio agradecimento da collocação anterior dos dois primeiros padrões de descoberta, como vae ver-se.

Chanc. de João II (em perg.) está este documento que a sua copia foi dictada, á primeira leitura, sem a menor hesitação, pelo illustre e prestimoso archivista mór sr. J. Basto.

<sup>1</sup> L. c. — Silveira indica o *Liv. dos myst.* S. de Baena, l. c. diz — *Hist.*, liv. — Nenhum foi pois ao Reg. original.

Alem dos serviços do avo, do pae e d'elle mesmo, a D. Affonso V, ainda, e já a D. João II,— «nas partes da Africa e tambem nas de Guiné, assim na paz como na guerra,»— o Rei considera e affirma, nova e expressamente,— «em especial,»— os que Diogo Cão fizera — «nas ditas partes de Guiné onde o ora enviámos a descobrir por serviço de Deus e trabalho da augmentação da nossa Santa Fé Catholica, bem e acrescmentamento de nossos reinos» — etc.

Não diz, nem precisava dizer que de novo o manda, ou que ora o envia, a descobrir, como Silveira entendeu<sup>1</sup>.

Ainda quando o documento anterior não existisse, essa leitura não fazia sentido com o character do diploma e com os usos e modos de dizer conhecidos em documentos d'esta especie.

Toda a duvida e hesitação, porém, desaparece á face do documento precedente, em que a phrase é terminante: — *em especial n'esta ida onde o enviámos a descobrir terra nova... de que ora veiu*».

Mas a propria Carta se encarrega ainda de desfazer quaesquer confusões

Rememorando — «em especial» — esses serviços, e — «querendo-lhe isto em alguma parte galardoar como é rasão aos que taes fazem,» — o Rei eleva Diogo Cão á nobreza do reino, com todas as regalias e direitos como se nobre nascesse, e dá-lhe um escudo de armas, na propria carta pintadas, e — «ordenadas por Portugal nosso Rei de armas, as quaes elle e os que d'elle descenderem por linha direita de legitimo matrimonio gerados, queremos e havemos por bem que tragam como cousas suas proprias».

Ora que escudo de armas é esse que, certamente, segundo a intenção regia e as praxes e tradições heraldicas, ha de exprimir e perpetuar o feito galardoado, o serviço maior, — «especial» — em que o nome dos Cãos se nobilitára?<sup>2</sup>

Teve-o Albano da Silveira diante dos olhos; por signal, que ainda d'esta vez não se incommodou a vel-o no melhor registro.

Descreve-o; todos o viram ou podem ter visto, e nem assim se lhes rendeu a preocupação obsecada á idéa simples, rudimentar, de

<sup>1</sup> Leram todos: — *enviámos*. (pres.) quando é — «*enviámos*» —.

<sup>2</sup> Por curiosidade e a proposito citemos o que diz a *Nobl.*, do Cunha, de Provençende (Ms. de V. Real): — «... e conforme ao que succedia assim punham ou tomavam as insignias em memoria do succedido: assim diz Calh. no *Cat. Gloria mundi*, F. Mexia no seu *Nobl.*, Est. de Guavivas na *Hist. de Hesp.*, e muitos outros, e nesta forma vimos tomarão as armas os Farias, hun Castello em memoria do que defenderam, os Bandeiras, a bandeira em memoria da que tomaram... e as que davam (os Reis) *sempre eram accomodadas ao successo...*»

que tanto a primeira adopção e collocação dos padrões de Cão não fôra posterior a 1484, que no começo d'esse anno, e n'aquelle documento capital, gloriosamente se proclamava já o feito e se representavam . . . os dois primeiros padrões assentes.

Dizem assim as armas, — e seja o proprio Silveira que as descreva :

— «Em campo verde *dois penascos e em cada um sua columna ou padrão de prata levantados ao alto*, sobre cada um d'estes uma cruz de azul. *Timbre: as duas columnas ou padrões em aspa*» . . .

E acrescenta — «alados com um torçal verde<sup>1</sup>».

O torçal é naturalmente requinte posterior.

Silveira copiou de um livro de *armaria* relativamente moderno, e anonymo, da Torre do Tombo e aqui reproduzimos o *escudo* que este regista. (Fig. 6.)

É o desenho mais vulgarizado nos livros do genero.

Mas existe um desenho ou registo anterior e mais auctorizado.

É o do formoso *Thesouro de nobreza*, do rei de armas India Francisco Coelho, em 1575, que se guarda no archivo nacional. (Fig. 7.)

Vê-se bem que o prisma artistico da Renascença se interpoz entre

<sup>1</sup> Nos documentos mais antigos não encontro realmente este adminiculo. Não o dá o formoso *Tombo das armas*, etc., *Intitulado cõ o Nome de Thesovro de nobreza*, de Francisco Coelho Rei d'Armas India (*Arch. Nac.*), nem uma *Armaria* antiga da Bibl. Nac. em que á estampa, igual á do *Tombo*, se acrescentou a seguinte descripção :

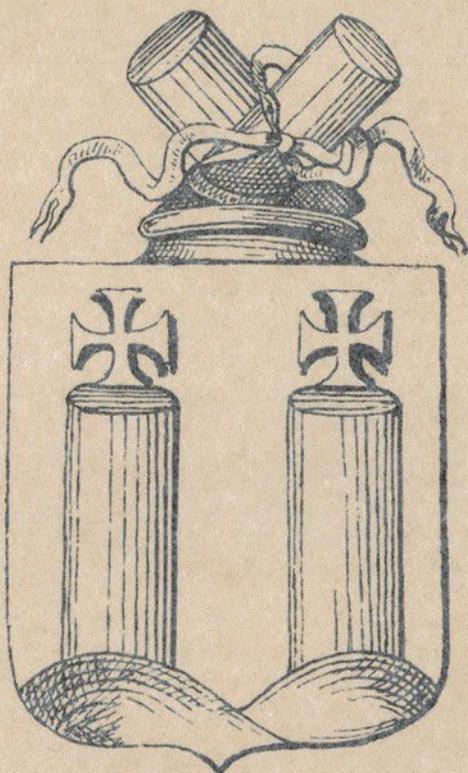
«C. Verde com duas columnas de prata sobre cada hua cruz singela de azul por timbre as columnas em aspa; elmo aberto de prata guarnecido d'ouro paquife do metal e cores das armas.»

Um *Compendio breue na materia da nobreza*, Ms. da Bibl. Nac., diz :

«Caos. Duas columnas ou padroes de p.<sup>ta</sup> com duas cruces em sima. E p. tymbre as mesmas columnas atadas com torçal verde (*á margem*). Em mem.<sup>a</sup> dos padroes que Diogo Cão pôs por m.<sup>do</sup> delR. D. J.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> na costa de Africa. E outro 200 legoas alem do Rn.<sup>o</sup> de Congo.»

A *Nobiliarchia*, de Cunha, de Provesende (Ms. da camara de Villa Real) põe sobre o escudo o elmo, mas fechado, encimando-o com as columnas em aspa, atadas, e diz :

«Cam. Procedem de Diogo Cam, Cavalleiro da Casa do Infante D. Henrique (*sic*), a quem ElRei D. João 2.<sup>o</sup> no anno de 1474 (*aliás 1484*), a 14 de abril deu as armas de que usam em memoria de dous padroes que levantou na boca do rio Zaire (e) dusentas leguas alem do Reino do Congo que então achou, sendo mandado pelo mesmo Rei a descobrir a costa d'Africa alem do Cabo de Lopo Gonçalves. *Deste procedeu Diogo Cão instituidor da Capella de Nossa Senhora das Neves na Villa de Provezende, Patria minha adonde tem descendentes*. Tem por armas em campo verde duas columnas de prata sobre dois penascos e sobre cada uma cruz singela de azul. Timbre as columnas atadas com um torçal verde.»



*Cam.*

28

Figura 6



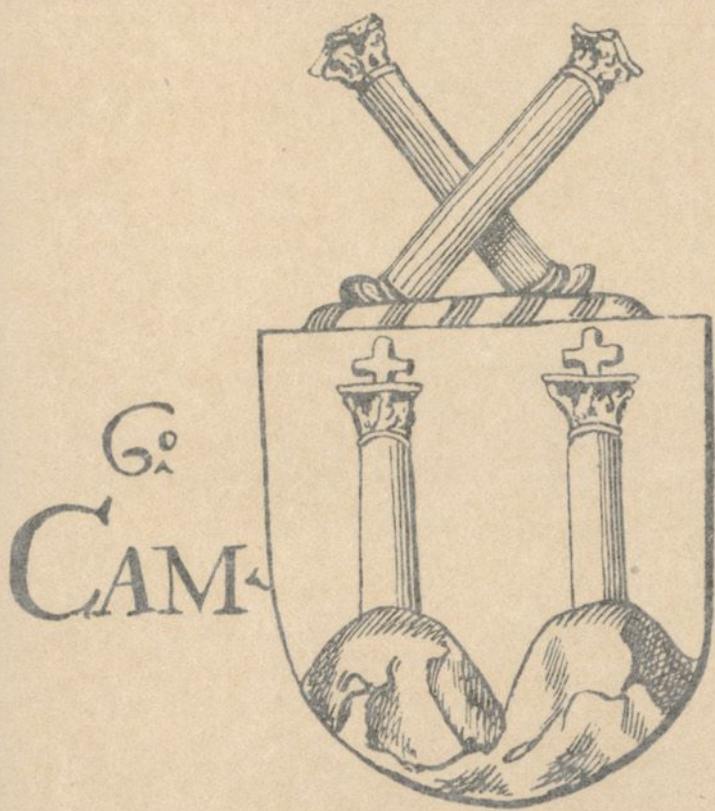


Figura 7



a concepção escultural de mestre Francisco Coelho e o trabalho severo e simples dos canteiros de João II, mas as columnas um pouco eruditas do rei de armas, bem melhor correspondem, ainda assim, ao typo primitivo que o padrão de *Santo Agostinho* incontestavelmente nos revela, do que ao do *Cabo Negro*, que a par d'elle temos hoje aqui.

Não podiam ser mais expressivas as *armas* conferidas a Cão, e não deve passar despercebido o numero, repetido, dos padrões e dos penhascos ou monticulos em que distinctamente assentam.

São dois, sómente, no começo de 1484, ou os que indicam a primeira viagem, mais exactamente a primeira descoberta, a primeira collocação.

Como sendo dados tres pontos se determina geometricamente um polygono, póde dizer-se que os tres documentos citados: — o padrão e os dois diplomas regios, — nos reconstroem já essa descoberta, fora e diversamente da chronologia confusa da tradição erudita.

A carta da tença de 8 de abril de 1484 revela-nos que o obscuro navegador fôra por D. João II mandado a descobrir — «terra nova» — nas — «partes de Guiné», — e voltára no começo d'esse anno, ou muito provavelmente no anterior (1483), d'essa viagem em que fizera — «muito serviço», — ou em que fôra bem succedido, e tanto, que o Rei se manifesta calorosamente satisfeito e lhe concede notavel galardão.

Mais se accentua a importancia singular d'este, — diga-se de passagem, — quando se consideram os extraordinarios acontecimentos que então perturbavam o paiz, e que parecêra que deveriam oppressivamente absorver as attentões e os cuidados reaes.

Voltando Diogo Cão d'essa viagem de descoberta em 1483, não seria arriscado imaginarmos desde logo que, tendo ella de se estender já bastante para o sul, tivesse começado em 1482, e até antes.

Ora o padrão de *Santo Agostinho*, collocado alem da foz do Zaire, onde sabemos que foi collocado um pelo mesmo descobridor, diz expressamente que o Rei mandára em 1482 Diogo Cão — «descobrir esta terra e poer estes padrões».

Correspondem-se ou completam-se evidentemente os dois documentos.

Mas a carta de nobreza de 14 de abril de 1484, confirmando a anterior e acrescentando o galardão — «em especial» — por essa viagem e descoberta de que Diogo Cão voltára, dá a este por *escudo*, e até para mais acentuada memoria, dá-lhe por *timbre*, precisamente dois padrões de pedra collocados em dois montes, ou em duas pontas de terra, distinctas.

Será necessario lembrar alguns factos ou marcar alguns pontos

mais, para com maior segurança fechar o polygono ou authenticar a simples e natural reconstrucção?

Segundo a propria declaração de Barros, as descobertas, ao terminar o reinado de Affonso V, isto é em 1481, tinham já attingido os cabos de Lopo Gonçalves e de Catharina alem do Equador. Iam, até mais longe, costa do Loango abaixo. As que ainda até essa altura se fazem ou registam depois, embora se lhes dê tal nome, não são *primeiras* descobertas, mas reconhecimentos mais minuciosos e detidos, explorações regionaes ou parcelares.

De não se ter ponderado isto provém muitos erros e embarços.

Assumindo definitivamente o poder, João II viva e energicamente trata logo de impulsionar e firmar a descoberta e posse dos mares e terras ethiopicas para o sul,— caminho da India.

Em 1481 organisa e expede a colossal expedição de Diogo de Azambuja a construir a fortaleza da Mina, cujos pedreiros apparelhando o material para a futura fortaleza foram, talvez, talhando os futuros padrões.

As primeiras negociações que entabola com os reis de Castella para o casamento do principe herdeiro com a filha d'aquelles, D. João II muito particularmente recommenda a Ruy de Pina que faça incluir no dote o dominio das Canarias — «que el-rei sempre desejou para maior segurança de Guiné» — observa Garcia de Rezende.

E n'esse mesmo anno de 1482, enviando a embaixada de Ruy de Sousa a Inglaterra a ratificar as boas relações dos dois reinos, incluye expressamente n'essa missão diplomatica a intimação positiva do seu direito e proposito ao senhorio africo-atlantico,— «para que depois de visto, el-rei de Inglaterra defendesse em todos os seus reinos que ninguem armasse nem podesse mandar a Guiné».

Comprehende-se que não seria então que D. João II afrouxasse no movimento de descoberta e de expansão politica ao longo do continente africano, e o que mal podéra comprehender-se seria que exactamente se interrompesse esse movimento por dois ou tres annos e só no de 1484 ou 1485 se mandasse passar além das ultimas descobertas feitas no reinado de Affonso V e adoptar a historica balisagem dos padrões de pedra.

Que estes foram adoptados em 1482, ou antes, ao tempo em que se mandava construir a fortaleza da Mina, evidencia-o este padrão de *Santo Agostinho*, alem de tudo brasonado com o escudo de armas que pouco depois era modificado.

Mas positivamente documentada uma primeira viagem e descoberta de Cão antes de 1484, ou entre elle e o de 1481, e provado igualmente que essa descoberta foi attestada pela collocação de

dois dos tres padrões que invariavelmente se lhe attribuem,— memorados no escudo e timbre que em premio lhe são conferidos em abril de 1484,— que direito e razão nos fica para duvidar de que seja um d'esses Padrões o de *Santo Agostinho*, precisamente datado e firmado em 1482 por Cão, e cuja forma, ainda em cima, condiz tanto com os restos que existem do collocado primitivamente no Zaire quanto differe da do terceiro, mais para diante erguido?



## V

Não haverá rasão e direito, pelo menos, nos termos de uma critica serenamente sincera e leal.

Mas porque é triste, não pode deixar de contar-se que é natural e vulgar, tambem, n'estas questões historicas, a resistencia apaixonada das idéas e das opiniões adquiridas e dominantes,— quantas vezes até, a má fé dos erros e das ignorancias contrariadas, das pequenas preocupações e antagonismos de occasião que se alvoroçam e despeitam ridiculamente.

Que longo e curioso thema a desenvolver!

Curioso... e opportuno<sup>1</sup>.

Não nos desviemos, porém, do nosso.

A historia dos descobrimentos portuguezes tem sido geralmente feita em copia de copia ou sobre a simples tradição *impresa*, e vimos já, como exactamente n'esta questão das descobertas de Diogo Cão a revelação, embora tardia, interessantissima, do documento publicado em 1845 por Albano da Silveira, longe de perturbar essa tradição lhe foi inteiramente sacrificada, quando não ficou perfeitamente desconhecida ou ineptamente desdenhada pelos que se têm occupado do assumpto.

Tem este girado, principalmente, sobre ou em volta da summaria e confusa noticia de Barros, preferindo-se ás de Pina e Rezende, geralmente, o acrescentando-se-lhe, mais por luxo de erudição do que em confronto critico, as referencias de Galvão ou de Duarte Pacheco.

Embaraçado pela divergencia dos chronistas, Lopes de Lima, vimos já, observa que — «é certo que todos dizem de Diogo Cão que *outra*

---

<sup>1</sup> Porque não escrevo só para o nosso restricto meio calarei a explicação, sujeitando-me a parecer impertinente e miudo na discussão de um assumpto que tão facilmente se esclarece e comprova.

vez já lá fôra», — á costa do sul — «*por descobridor,*» — acrescentando porém, sacudidamente, que póde ser que essa viagem fosse feita em 1484, mas que não fôra n'ella que descobrira o Congo.

Não o dizem todos, mas dil-o, realmente, Ruy de Pina, um contemporaneo, que por signal, em 1482, partia para Castella, como secretario da embaixada de João II tendo provavelmente assistido á partida ou á preparação d'essa expedição primeira.

Ha até, na referencia de Lopes de Lima, uma pequena omissão suspeita.

Ruy de Pina é mais terminante e claro.

Começa elle por dizer, e repete-o Rezende, que em 1485 o rei portuguez — «*desejando proseguir o descobrimento da costa do mar oceano contra o meio dia e oriente,*» — enviára Diogo Cão — «que outra vez já la fôra *por seu descobridor,*» — fazendo-o capitão-mór de uma frota — «armada e provida por muito tempo *como para tal auto e tão longa viagem cumpria* <sup>1</sup>».

Accentuámos a referencia porque logo veremos reproduzir-se o tom geral d'esta primeira parte da noticia de Pina e de Rezende, em duas outras informações contemporaneas, pouco consideradas até hoje.

Discorrendo trabalhosamente por essa costa, Diogo Cão — «*aportou* ao dito reino e terra do Congo»; — e é d'aqui em diante que Ruy de Pina estabelece a versão das duas viagens dada por Barros, ou que este recolheu d'elle, com a differença caracteristica de que não falla da collocação dos padrões, senão mais tarde e relatando outra expedição, para explicar incidentalmente o nome attribuido ao Zaire pelo padrão que fora collocado na sua foz.

<sup>1</sup> «Primeiramente no anno de 1485, elrei D. Joham o segundo de Portugal... desejando proseguir o descobrimento da Costa do Mar Oceano contra o meio dia e o Oriente... enviou sua frota o dicto anno a dicta Costa, armada e provida por muito tempo como pera tal auto e tam longua viagem compria, e por Capitam Moor della Diogo Caão seu Cavaleiro, que outra vez já la fora por seu descobridor. O qual descorrendo pola dita Costa com assas perygo e dificuldade, aportou a dicta armada ao dicto Reyno e Terra de Congo que he afastada dos Reynos de Portugal mais de mil e setecentas legoas: onde por a distancia ser ja grande aalem da outra terra de Guinee que ja era descoberta e sabida se nom poderam entender com as gentes do dicto Regno.

«... E depois de serem por alguns dias muy bem enformados (os indigenas apprehendidos no Zaire) da santa tençam de ElRey pera serem christaos... El Rey ouve por bem que se tornassem em o dito seu Regno de Congo. E pera isto mandou armar sua frota pera que segundo sua ordenança ouvesse de proseguir no dicto descobrimento de mais terras novas... Com a qual embaixada o dicto embaixador (Caçuta) chegou a ElRey estando em Beja no começo do anno de 1489.» *Chr.*, cap. LXXI.

Refere-se, porém, Ruy de Pina, no que conta da primeira viagem, á realisada em 1485 (*sic*), ou áquella em que diz que Diogo Cão fôra já áquella costa — «*como seu descobridor*»?

A duvida não tem sido suscitada porque tem sido pouco meditada a leitura dos textos, mas suggere-a, naturalmente, não só aquella indicação precisa, como tambem o facto do chronista, depois de narrar a apprehensão e a vinda dos primeiros indigenas, e a resolução do rei, de os mandar restituir, parecer exactamente retomar o fio da narrativa que começára, dizendo que — «para isto mandou (João II) armar sua frota» — fazendo — «proseguir o descobrimento de mais terras novas».

Outra differença ainda extremamente curiosa, é a de fixar Pina a data do regresso da viagem em que veiu o embaixador africano, — Caçuta, — em 1489, tres annos depois da indicada por Barros.

Verdade é que este ultimo, um pouco embaraçado, parece, com a difficuldade de lhe caberem as duas entre 1484 e 1486, sahiu-se inesperadamente com a phrase ambigua de que fôra n'este ultimo anno que Diogo Cão voltára *a primeira vez* do Congo, quando n'essa volta o fazia acompanhar do embaixador e pozera o facto exactamente... na *segunda* viagem.

Da sua propria narrativa se deduzia que em 1485 é que terminára a primeira ou começára a segunda.

Prevê-se ou comprehende-se esse embaraço de Barros e o erro de Pina.

Por um lado as duas viagens com todas as necessarias e relatadas delongas ficavam extremamente apertadas, pôde até dizer-se, positivamente, que não cabiam entre 1484 e 1486, periodo ainda cerceado de alguns mezes na primeira ida e no ultimo regresso.

Para vir do Congo ao reino e voltar ali á restituir os indigenas apprehendidos, o proprio Cão, segundo a versão de Barros, pedira ou annunciára um aprasamento de 15 luas.

Quantas, acrescentadas das despendidas já, lhe levaria a segunda viagem, deitando esta muito mais longe, ao Cabo Negro, e alem d'isso, com os diversos — «saltos» — em terra e a collocação trabalhosa dos padrões?

Por outro lado, Barros recusou-se naturalmente a adoptar as datas de 1486-1489 para a segunda viagem de Cão, — se é que a ultima não é um erro de copia no trabalho de Pina, — porque sabia e contava que em 1486 quem fôra enviado a proseguir no descobrimento fôra Bartholomeu Dias, levando até alguns indigenas que Diogo Cão apprehendêra e trouxera dos — «saltos» — que fizera na costa ao sul, na segunda viagem, precisamente.

Não ha mesmo noticia de Diogo Cão, alem de 1486, a não ser a da referencia ou data de Ruy de Pina.

Subsistindo, contudo, a chronologia d'este, segundo tem sido comprehendida, Cão teria partido em 1485, e — «no começo do anno de 1489», — é que Caçuta, o embaixador trazido por Cão, teria sido recebido pelo Rei portuguez, — «estando em Beja».

N'estes quatro annos se teriam realisado as duas viagens de descoberta, mas como Pina denuncia outra, anterior, e os documentos agora conhecidos positivamente a revelam, achar-nos-iamos em face, não já das duas viagens tradicionaes, mas de tres, com a circumstancia de ter Diogo Cão, na ultima, tido um predecessor ou, pelo menos, um concorrente em Bartholomeu Dias, que em 1486 fôra mandado proseguir o descobrimento, e estava de volta no fim de 1487.

Por outro lado, os tres tradicionaes padrões de Cão teriam de ser acrescentados em numero, pois que attestando a collocação de dois a carta régia de abril de 1484, não seriam esses os do Zaire, de Santo Agostinho e do Cabo Negro, aliás irrecusavelmente collocados por Cão. Segundo aquella versão, estes tel-o-iam sido depois de 1485, apesar de um d'elles, pelo menos, afirmar até nós a data de 1482, corroborada por outras indicações perfeitamente incompatíveis com uma collocação posterior de quatro ou cinco annos.

Admittida, porém, esta multiplicação de viagens e de padrões, aliás facilmente contestavel, o que descobrira Cão e onde collocára os dois padrões, na viagem anterior a 1484, certamente muito para alem dos cabos de Lopo Gonçalves e de Catharina?

Como comprehender ainda que a descoberta e viagem anterior merecesse o singular galardão d'aquella data, e nenhum se lhe acrescentasse pela descoberta do Congo e da costa ao sul, se fosse inteiramente uma descoberta nova e posterior?

Mas interrogar, póde ser objectar, não é resolver.

Com o que realmente nos achâmos a contas é, como muitas vezes succede n'estas cousas, com a memoria confusa e com a referencia superficial de acontecimentos incidentalmente narrados muitos annos depois, sem a preocupação de especialmente os historiar e esclarecer, e quando até se acham supplantados por outros no movimento das preocupações, das idéas e dos interesses do tempo.

A propria leitura meditada da narrativa de Pina e de Rezende poderia auctorisar a suspeita de que não seja d'elles a confusão, embora não possa considerar-se muito nítido o seu dizer.

Ruy de Pina é um contemporaneo, dissemol-o já, reivindicando esta circumstancia contra os que levanamente o desdenham ou lhe preferem Barros.

Deve considerar-se, porém, que durante as viagens de Cão andou o futuro chronista muito absorvido, fóra do reino, até, em complicados negocios, e que, occupando-se mais tarde em relatar os acontecimentos do reinado de João II, não era já a primeira descoberta do Congo o que mais em relevo andava na memoria e no conceito d'aquelle reinado.

Em summa:—houve realmente duas viagens de descoberta de Diogo Cão, ao sul do Equador, é indubitavel. Sómente, na lembrança e informação da segunda,—a que se tornou mais conhecida, a que não se envolveu naturalmente nas reservas e segredos com que João II costumava acautelar as primeiras emprezas,—veiu intercalar-se e confundir-se a tradição da primeira, resultando d'ahi que esta se deslocou para 1484 e depois, tendo de se avançar a data da segunda.

Mas não é n'uma simples presumpção ou hypothese que já agora havemos de ficar.



## VI

Que Diogo Cão antes de 1484 fez uma viagem ás costas africanas, a descobrir — «terra nova», — por conseguinte muito alem do Equador ou do cabo de Lopo Gonçalves, provaram-n'o já os documentos citados, e bem assim que essa viagem tivera o melhor exito, que essa descoberta se realisára, que a ficaram attestando dois padrões, e que o padrão que até ha pouco se erguia no cabo de Santo Agostinho declara ter sido mandado collocar ali em 1482 por Diogo Cão.

Resta mostrar agora que depois de 1484 fez Cão sómente outra viagem, e que, consequentemente, o padrão do Cabo Negro, e não os anteriores, é que foi collocado então.

Não é uma versão inteiramente nova, e tanto que é, até certo ponto, a de Antonio Galvão, aliás ligeiramente desdenhado e reprehendido porque — «parece confundir as duas viagens de Diogo Cão n'uma só» — como dizem, copiando-se, Silveira e Quintella.

Galvão, realmente, falla de uma só viagem, dizendo que em 1484 fôra Diogo Cão mandado — «a este descobrimento», — e podendo até, duvidar-se que o considere como primeiro pois que exclusivamente se refere á collocação dos padrões — «no rio do Manicongo» — e até ao tropico — «onde lhe pareceu ser necessario».

Ha até uma phrase, em que não se tem reparado, e que poderia suscitar nova hypothese se não parecesse antes ambiguidade ou lapso de redacção, e se não fossem as indicações caracteristicas do escudo de armas e do proprio padrão de *Santo Agostinho*.

É quando diz que esses padrões — «denunciavam quem o mandava, e o anno e a era em que se pozeram as cruces de pau», — que eram, como se sabe, as balisas usadas anteriormente aos padrões de pedra, para determinar a primeira descoberta<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> «No anno de 1484 foy mandado por este Rey D. João a este descobrimento

Essa hypothese seria, pois, a de que na segunda viagem ou na de 1484 em diante, Diogo Cão poria realmente os padrões, substituindo, apenas, as primeiras balizas que deixára na descoberta feita em viagem anterior.

Mas nem essa hypothese é viavel.

O que é certo, é que Galvão, cuja auctoridade não é para desprezar, até porque especialmente se votava a registar os descobrimentos, falla de uma só viagem de Cão, alem de 1484, e que é a segunda da tradição corrente não pôde duvidar-se, pois que a estende até — «ao rio Pico (tropico) de Capricorneo».

É tambem em 1484 que Duarte Pacheco fixa a ida de Cão a descobrir o — «grande Rio a que nós agora chamamos o rio de Padrão», — explicando a denominação nova, — «porque quando o descobriram poseram na terra da boca da parte d'alem do sul um longo padrão de pedra, com tres letreiros», etc.

— «E os ditos letreiros» — acrescenta laconicamente, — «fallam do Rei que o mandou descobrir e em que tempo».

Ora alem de que descobrir o rio pôde não significar, necessariamente encontral-o ou descobrir a terra *pela primeira vez*, muito especialmente na linguagem de um mareante, quem errou na indicação da lingua em que eram escriptos os letreiros, podia não ter, e vê-se bem que não tinha, o conhecimento e a idéa exacta da data do primeiro descobrimento e da adopção e collocação dos padrões.

Não se diz tambem que em 1486 descobrira João Affonso o rio dos Escravos e o Benin, adiante da Mina, que aliás estavam descobertos dez ou mais annos antes, e não vemos perto de quarenta depois, em 1520, partir uma expedição especialmente destinada a *descobrir* a costa até ao cabo da Boa Esperança, segundo dizem as proprias instrucções reaes?

Alem de que a auctoridade historica de Pacheco não é grande<sup>1</sup>.

Diogo Cão, cavalleiro de sua casa: chegado ao rio de Manicongo poz nelle padrão de pedra com Armas e letras Reaes que denunciavão que o mandava e o anno, e Era em que se pozerão as Cruses de pao: daqui forão ter ao rio Pico de Capricornio pondo padroes onde lhe pareceo ser necessario.» Gal., *Trat. dos desc.*

<sup>1</sup> *Esmeraldo de situ orbis*, etc. Ms. (cop.) da Bibl. Nac. Não desesperarei ainda, posto me tenham saído infructuosas as diligencias, de que se encontre o Ms. original, extremamente interessante, decerto, pelas cartas ou mappas que o enriqueciam. A propria verificação historica do auctor não está feita e a isto me referi já na *Hydr. africaine*. Ha annos, pensáramos, o conde de Ficalho e eu, em fazermos uma edição critica da obra de Pacheco, e comecei por preparar a explicação, que não deixa de ser curiosa, do titulo. Consta-me que na imprensa nacional se

Em todo o caso, é claro, Duarte Pacheco não allude a uma segunda viagem depois de 1484, ou, mais precisamente, a segunda a que se refere é á de Bartholomeu Dias—«que esta terra (o Ilheu da Cruz) descobriu por mandado? el-rei D. João» etc.

É tempo, porém, de considerarmos as duas versões estrangeiras, e que podem dizer-se contemporaneas, a que atrás nos referimos:— a do *Globo* de Beheim e a da *Chronica* de Nuremberg.

Ambas têm sido pouco estudadas, e menos ainda comprehendidas.

Martim de Beheim,— o nosso Martim da Bohemia,— foi companheiro de Cão, n'uma das suas viagens, na segunda, ou na da—«frota»— que deitou alem do Cabo Negro.

Não o dizem os nossos textos, até agora conhecidos; não o diz explicitamente o proprio Beheim. Mas está isto assente, se com a mesma facilidade, certamente com bem mais segurança que a do exagerado papel que se tem attribuido a este e a outros aventureiros estranhos na historia e na geographia portugueza.

Em breve nos occuparemos do interessante personagem.

Comecemos pela *Chronica*, não porque seja perfeitamente arbitraria, n'estas cousas a ordem dos factores, mas porque convem, procurando reunil-os todos, ir corrigindo uns pelos outros.

Conta a *Chronica* que annos depois dos descobrimentos portuguezes que antes e summariamente regista, —«ahi pelo anno de 1483», — restituamos o verdadeiro sentido do seu latim-allemao, antigo, — «*ut anno dm. 1483*», — D. João II — «*rex altissimi vir cordis*» — enviára certas galés, providas das victualhas e do mais que era necessario, naturalmente, para uma longa viagem, a descobrir terras na direcção do sul, nomeando capitães d'ellas Diogo Cão e Martim de Beheim, no elogio do qual o chronista nuremberguez se demora n'um grande desvanecimento de compatricio.

Com boa fortuna entraram elles pelos mares meridionaes, ao longo do litoral, achando-se em novo orbe onde voltados ao oriente se lhes projectava a sombra do sul e da direita.

Tinham pois, por seu esforço e diligencia, aberto outro mundo — nunca d'antes e por outros devassado, — «e ao 26.º mez de navegação estavam de volta a Portugal», — ahi por 1486, conseguintemente, convem notar, — tendo morrido muitos da expedição, victimas da temperatura elevadissima.

---

prepara ha mezes uma impressão da copia da Bibl. Nac., acrescentada com alguns dos documentos que se encontram nos archivos ácerca de Duarte Pacheco Pereira, o heroe indiano. É já um bom serviço, mas pena é que se continuem a imprimir taes obras sem ser em edições criticas.

Por signaes da descoberta ou do valor d'ella, trouxeram pimenta ou «grãos do paraizo»,—«e outras cousas que seria longo enumerar».

Termina o chronista por notar a differença d'essa pimenta e da do oriente, e a grande quantidade enviada a Frandes e d'ali espalhada por toda a parte, observando ainda,—com grande magua e inconveniente nosso,—que muito mais haveria a escrever do caso, que por não enfadar omitte<sup>1</sup>.

N'esta observação da pimenta coincide com Barros, como na referencia á dureza da viagem se approxima de Pina.

Parece ficar entre os dois na data, que tanto mais facil é de suppor que corresponda á de 1484 do primeiro, de Galvão, de Pacheco, e como vamos ver, do proprio Beheim, quanto temos já a certeza documental de que em 1483 voltára Cão da primeira viagem, que até abril de 1484 se achava em Lisboa, e que, por isso, sómente depois, e provavelmente n'esse anno, ainda, partira de novo para a segunda viagem narrada pela *Chronica*.

A noticia d'esta deve ter sido colhida, *grosso modo*, das palestras do proprio Beheim, então (1492-1493) em Nuremberg, em vespuras de regressar a Portugal.

Como dissemos, está assente que elle foi na expedição, mas é mais do que duvidoso que fosse realmente como capitão de um navio, ou commandando, embora em segundo.

Nem elle proprio se atreve a dizel-o no documento monumental que offerece á sua cidade natalicia.

Iria como entendido em cosmographia determinar e cartographar

<sup>1</sup> —«Annis vō posterioribus vt anno dm. 1483. iohānes scds portugalie rex altissimi vir cordis certas galeas q̄ibus ad victū necessarijs instruxit easq. vltra colūnas herculis ad meridiē versus ethiopiā inuestigaturos misit. Prefecit aut̄ his patronos duos Jacobū canū portugalensem e martinū bohemū hominē germanū ex numberga cupiosis germanie de bona bohemosū familia natū. homiem inq. in cognoscendo situ terrē peritissimū marisq. pacientissimū. Quisq. pholomei lōgitudines e latitudines in occidente ad vngū experimēto. lōgena. navigatione nouit. Hij duo bono deorū auspicio mare meridionale saltantes a littore nō longe enantes sujato circulo equariali in alterū orbem excepti sunt. vbi ipis stantibus orientē versus vmbra ad meridiē e dextra proieiebat.

Apernere igit sua industria aliū orbem hacten' nobis incognitū e multis annis a nullis qx ianuensibus licet frusta temptatū. Peracta aut̄ hmōi nauigatione vice-simo sexto mense reuersi sunt portugalīā pluribus ob calidissimi aeris patientiā mortuis. Insignū aut̄ portauere pip. grana padisi. multaqs alia q̄ longū esset recensere. Aperto illo orbe magna piperis qstitas flandriā versus vehit e licet no sit adeo rigo sum ut oriētale tū acumen formā e oia ut verū pip. q̄ se sert. Multa ea de re scribenda forent q̄ ne tedij agrauar bono respectu omisi.» *Chr. Nuremb.*, fls. cxc verso.

a descoberta, senão até como explorador commercial, hypothese que elle proprio, na legenda do *Globo*, e os seus precedentes, auctorisam.

Um escriptor moderno regista, sem fundamentar, n'uma memoria local a idéa ou a tradição de que acompanhasse Cão, o celebre piloto João Affonso, de Aveiro, que em 1486 chegou a Lisboa com noticias e enviados de Benin, relativas ao lendario Prestes João<sup>1</sup>.

O que é certo é que a posição official de Martim não era tão definida e proeminente que voltando da sua patria, em 1493, depois de ter fabricado o famoso *Globo*, não se fizesse acompanhar de uma carta de recommendação para o rei portuguez, a fim de que este o empregasse nas descobertas<sup>2</sup>.

Sabe-se, comtudo, que foi feito cavalleiro, segundo os papeis de familia, em 18 de fevereiro de 1485, o que parecera fazer objecção á viagem á Africa Meridional em que então andaria, ou segundo outros, resalvando a hypothese, no anno seguinte, recolhendo d'essa expedição, e em tal caso, naturalmente, em premio d'ella<sup>3</sup>.

O que é, porém, positivo e o que agora mais nos importa é que a narrativa da *Chronica* se refere a uma só expedição e viagem que, iniciada — «ahi por 1483», — ou melhor em 1484, se prolonga, por vinte e seis mezes consecutivos.

Não se accusa n'essa viagem, nem a primeira e importante descoberta do grande rio, nem o facto caracteristico da collocação dos padrões de primeira descoberta e posse.

Mas o que diz o proprio Beheim?

Dá-se com a narrativa d'este, o que tem succedido com a da *Chronica*: — citadas muitas vezes, e muito superficialmente, como abo-natorias de uma versão que aliás contrariam realmente, não têm sido francamente tiradas a limpo, em parte talvez pelos incommodos de comprehensão litteral, em parte, pôde suspeitar-se, por uma certa má fé de opinião ou de idéas preconcebidas.

Um pouco ao sul do Cabo Negro, ou da legenda que se entende corresponder-lhe, e em seguida á do Cabo da Boa Esperança. — «*Caput bona spei*» — que tanto embarçou Castilho e Codine, o *Globo*, diz que — «quando começava o anno de 1484 o illustrissimo rei D. João II de Portugal mandou dois navios chamados caravellas tripulados, for-

<sup>1</sup> Marq.<sup>z</sup> Gomes, *Mem. de Aveiro*, 1875.

<sup>2</sup> *Tractado da Spera do mudo tirada do latim em lingoagê portuguez com hũa carta que hũ grãde doutor Allemam mandou a el Rey de Portugall dom Joam ho segundo.* (Obra rarissima da Bibl. de Evora.) — Bol. da Soc. de Geogr., *De como navegavam os portuguezes*, etc., por L. C.

<sup>3</sup> Arch. dos Açores, *Martim Behr.*, etc., por E. Canto, v. 1, n.º 5.

necidos e armados *para tres annos*, alem das Columnas de Hercules, em Africa, *sempre para o meio dia e contra o nascer do sol*, emquanto lhes fosse possivel; assim tambem levavam os navios reaes varias mercadorias para se fazer negocio; mais dezoito cavallos com todos os arreios, promptos para fazerem correio, e conduzidos n'estes navios a fim de serem offerecidos aos reis pretos, um a cada um, para que estes fizessem boa idéa de nós, dando-nos amostras de todos os productos e entendendo o que nós pretendiamos procurar no seu paiz».

«E assim providos — continua — saímos do porto da cidade de Lisboa de Portugal e fizemos rumo pela ilha da Madeira, onde se produz o assucar de Portugal, e pelas ilhas Afortunadas e das Canarias selvagens; — achámos reis pretos a quem brindámos e elles tambem a nós; chegámos ao paiz do reino da Gambia e Jolofe onde se criam sementes do paraizo; está distante de Portugal 800 milhas allemãs; o seu rei está 1:200 leguas ou milhas pela terra dentro; cria-se ali a pimenta que se chama pimenta portugueza; tambem longe d'ali existe um paiz aonde achámos canella em casca. Quando tinhamos navegado de Portugal 1:200 milhas ou leguas, fizemo-nos na volta e aos dezenove mezes viemos para o nosso rei<sup>1</sup>.»

Tem-se entendido que na duração da viagem, o *Globo* e a *Chronica* se contradizem, fixando-a aquelle em dezenove mezes e esta em vinte e seis.

Um pouco forçadamente, Castilho engenhou mesmo a hypothese

---

<sup>1</sup> — «als man zehlt nach christi unsers herrn gepurt 1484 par lise zurüften der durchlenchtig König Johan II in portugal zweischiff Caraueli gemant genituehirt und gewapnet versehen auf 3 far dem volp und schiffen war in nahmens und befhll gegeben anszufahren über die Saeulen di hercules in africa gesetzt hat uner gegen mittag und gegen den aufgang der Sonnen so fern Ihnen möglich were auch so versahe der vorgenaüte Königdie Schiffe mit allerley wahr und Rauffmanschaft die zum Rauff und zu verstechen auch 18 rosse mit allen zeng Postlich gerüstet wurden in den schiffen mitgeführt den mohren Königen je einen eins zu schenpen wo uns gut gedencht und man gebe uns allerley muster Speceerei di zu zeigenden mohren wobei sie verstehen mögten was wir in ihrem land suchen wolten und also gerüst seyndt fuhren wir aus der porthen der stadt Ulisipona vō portugal und segebtten zuder Insel de madera da des portugalis zufer wachst und durch die Inseln fortunates und die Inseln der wilden Canarien funden mohren Könige denen wir schenkung thäten die uns auch wider Pahmen in das land in die Königreich gambia geloff da di paradiskorner wachsen ist von portugal 800 tentsche meiln darnach in Ronig fur fussland ist 1200 lenge oder meilen daselbst pfeffer wächst den mannent portugals pfeffer auch fern von dannen ist ein land da wir zimet vinden funden wachsen als wir nun bey 1200 meilen oder lengen gesegelt waren von portugal Pehrten wir wider und am 19 monath Pamen wir wider zu unsern König.»

de que os vinte e seis mezes corresponderiam á somma das duas viagens de Cão, podendo então averbar-se a differença de sete mezes á conta da primeira que, segundo o illustre commentador, teria começado e terminado em 1484, partindo Cão n'este anno mesmo para a segunda!

Outra legenda allude, ainda, aos dezenove mezes, o que exclue a idéa ensaiada de um equívoco de redacção ou de um erro de leitura ou de copia.

É a inscripta exactamente no ponto indicado como termino da descoberta da costa africana.

Diz essa legenda que até — «aqui chegaram os navios de Portugal, e firmando a posse, em dezenove mezes estavam de volta ao seu paiz<sup>1</sup>».

Ora, além de que os dois textos, o da *Chronica* e o do *Globo*, não sómente contemporaneos, mas, a bem dizer, da mesma procedencia até, fallam de uma só viagem e descoberta, continua e ininterrupta, a interpretação da phrase do *Globo* não é, pelo menos, necessaria e exclusivamente, a de que os seus dezenove mezes fossem toda a duração da viagem.

Seriam antes: — ou o tempo gasto na exploração até ao seu ponto extremo e de volta, havendo, por isso, a acrescentar o do regresso, — ou o decorrido n'este, desde que foi attingido aquelle ponto até que os navegantes se acharam de volta a Portugal: — *wider zu unsern Konig*, — e, ha, então, a adicionar o tempo gasto até esse ponto.

Vertendo: — «ao cabo de dezenove mezes, voltámos,» — ou — «dezenove mezes depois, estavam de volta».

Depois de que? Da partida de Lisboa?

Não, mas depois de — «termos navegado 1:200 leguas ou milhas,» — ou — «de nos acharmos a 1:200 leguas ou milhas, de Portugal,» — em summa, depois de attingido o ponto extremo d'esta viagem.

É esta versão a que mais se conforma, não só com o sentido logico dos textos, mas com as mais noticias e tradições da expedição.

Se os dezenove mezes corresponderem á duração total da viagem, a expedição estaria de regresso em Portugal, ainda no anno de 1485, além de que mal se comprehendêra que a *Chronica*, que se imprimia ao mesmo tempo e na mesma cidade em que Beheim fazia o *Globo*, e que certamente d'elle recebia a mesma noticia, acrescentasse arbitrariamente em sete mezes essa duração total.

Ora succede, que sem nenhuma subtileza engenhosa de interpre-

<sup>1</sup> — «hif an das ort findt die portugall ische schiff Komen und haben ihr seut an gericht und in 19 monat findt sie wieder in Ihr land Komen.»

tação, podemos encontrar no proprio *Globo*, em legenda que completa a primeira ou que positivamente se refere á expedição que ella relata, aquella mesma differença de sete mezes entre as indicações precisas d'elle e a da *Chronica*, elucidando e confirmando a d'esta, consequentemente.

Não faz o *Globo* referencia alguma especial aos padrões do Zaire e de Santo Agostinho, como tendo sido collocados então.

Põe, apenas, sobre o grande rio,— *Rio de Patron*,— mas do lado do norte, o estandarte portuguez.

Entre as designações para o sul escreve, sem distinguir, a de *San Augustino*, e especializando, a legenda citada, a Gambia e o Jalofó, nenhuma allusão faz ao Congo, como bem mais natural seria se exactamente n'essa viagem é que elle tivesse sido descoberto.

No sopé, porém, do — *Monte Negro*, — alça-se o estandarte portuguez cercado d'esta legenda de uma singular precisão:— «aqui foram erguidas as columnas do rei de Portugal, anno do Senhor 1485, a 18 de janeiro<sup>1</sup>».

Castilho, porque esta data invalidava inteiramente a sua doutrina, fez notar que Beheim errára n'algumas outras, aliás menos precisamente determinadas, ou de acontecimentos de que certamente teria apenas tradição longiqua. Melhor podera notar o erro do plural empregado.

Mas evidentemente não é por não se conformar com simples hypotheses ou presumpções modernas que teremos direito de duvidar da chronologia precisa de uma testemunha, não só contemporanea, senão, tambem, presencial, quando, alem de tudo, essa affirmacão se conforma, facil e naturalmente, com a propria narrativa do *Globo* e com outras de irrecusavel segurança.

Ora, tendo sido a expedição ordenada, segundo o *Globo*, no começo de 1484, mas revelando os documentos officiaes que ella partiria depois de abril, naturalmente na estação mais segura e propria, em junho ou julho, talvez, comprehende-se que em janeiro do anno seguinte estivesse erguendo a balisa da sua descoberta no *Monte* ou no *Cabo Negro*, passado o qual voltou as proas ao norte.

Sete mezes, pois, approximadamente, teriam decorrido, praso igual á differença entre os vinte e seis de duração total indicados pela *Chronica* e os dezenove do *Globo*, o que parece contraprovar sufficientemente a idéa de que essa differença corresponde á da primeira parte da viagem, não determinada por Beheim, mas indicada na data completa da collocacão do ultimo padrão.

---

<sup>1</sup> — «hie wurden gesetst die saulen des Konigs von portugal año domini 1485 d 18 jan.»

E não sómente assim se conciliam as duas indicações, sem lhes forçar o texto preciso e auctorisado com hypotheses perfeitamente inconsistentes e arbitrarías, mas rasoavelmente se concilia tambem com ellas a tradição conservada pelas melhores versões dos trabalhos d'esta segunda viagem e descoberta de Diogo Cão.

Mandado a proseguir n'essa descoberta, e tendo annuciado no Zaire que em quinze luas volveria a restituir os indigenas que apprehêra ali, Diogo Cão, voltando da primeira viagem em fins de 1483, como indicam os documentos officiaes, largaria na segunda, na foz do grande rio, esses indigenas seguindo costa abaixo a continuar a exploração para alem do ultimo ponto apadroadado, já, o cabo de *Santo Agostinho*. Collocaria então um novo padrão no Cabo Negro e dobrado este, faria, a bem dizer, a ultima verificação de que o grande continente continuando a inflectir para o oriente acabaria por dar caminho para elle.

Voltando a proa ao norte e proseguindo na exploração detida da costa, fazendo — «alguns saltos» — em terra, como dizem as chronicas, voltára ao Zaire a consolidar as negociações iniciadas e a reconhecer ou a descobrir melhor o grande rio, e necessariamente se demorára muito n'elle indo visitar ao interior o *Muene*, — a *Ambasse* ou *N'basse*, o futuro S. Salvador, dizem alguns textos, — e a receber d'elle o enviado e a comitiva que o acompanhou a Lisboa.

N'isto e no regresso desde o ponto mais avançado da nova descoberta se consumiriam os dezenove mezes indicados pelo *Globo*, que, acrescentados com os sete gastos na ida até áquelle ponto, sommariam os vinte e seis da duração total marcada precisamente pela *Chronica*, achando-se a expedição de volta a Lisboa em junho ou julho de 1486, como se deduz das mais versões, e seguindo-se-lhe logo, a completar a descoberta da parte extrema do continente, a expedição de Bartholomeu Dias.

Pois que fallámos n'este, voltemos á curiosa legenda que marca o término da descoberta do *Globo*, de Beheim, em tão accentuada ligação com a sua narrativa da viagem de 1484.

É designado esse ponto ou o ultimo ali marcado por — *pont de virga*, — que naturalmente lembra a ponta das Agulhas; denuncia-se por — *Oceano maris asperis meridionalis*, — a zona marítima; corre já para leste a costa, e lia-se na inflexão, quando se fez a copia de Ghilany (1853): — *Caput Bona Spei*.

Teria a expedição de Diogo Cão precedido a de Bartholomeu Dias na descoberta do famoso Cabo, ou quiz Beheim, que evidentemente não allude á segunda, expropriar esse descobrimento, engrandecendo o precedente em que tomára parte?

Não seria tão perfeitamente revolucionaria e nova a primeira idéa que eu não encontrasse ha dias, em grave compilação de elementos geneologicos, posto que anonyma e relativamente moderna, esta brusca affirmacão:— «Cãos foram os primeiros que descobriram o Cabo da Boa Esperança<sup>1</sup>».

Pelo que importa, porém, á lisura de Beheim, não parece abonal-a muito o facto de inteiramente calar no *Globo* o nome de Diogo Cão, e a circumstancia de na *Chronica*, evidentemente inspirada por elle, se amplificar tanto a pericia e a sciencia do aventureiro nuremberguez que bem parece querer attribuir-se-lhe a gloria do exito da expedição.

Temos, porém, outra indicação mais antiga do que as duas, mais precisa, e até menos suspeita do que ellas, da mesma viagem de Cão, indicação preciosa sob outro aspecto, ainda, e que, como as anteriores, não tem sido devidamente considerada.

É a do formoso, e, podemos acrescentar, a do consciencioso *Insulario* de Henrique Martello<sup>2</sup>, que pôde considerar-se feito tres annos antes do *Globo*, outros tantos, apenas, depois do regresso da expedição de Cão, e dois, ou menos, após a passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartholomeu Dias.

Na altura do *Monte Negro*, Martello desenha a seguinte legenda muito accentuada e explicita:

«Até este monte que chamam Negro veiu a frota do rei segundo de Portugal, cujo commandante era Diogo Cão, que em memoria do feito erigiu columna de marmore assignalada com cruces e *passou alem, até á Serra parda* que dista do Monte Negro 1:000 milhas e aqui morre — *et hic moritur*<sup>3</sup>».

Mas como accentuando mais a precisa indicação da legenda, Martello, que tanto parece querer singularisar esta viagem ou este descobridor que a nenhum outro se refere especialmente,— Martello que não indicára os padrões do Zaire e de Santo Agostinho, senão pelas designações locativas de — *de pōta de padron*, — e de — *c. s. augustini*, — confundidas nas mais, pinta muito distinctamente o padrão do *Monte Negro*, como que para frisar de novo que fora esse o que Diogo Cão erigira então, ou o que marcára a viagem e descoberta a que especialmente se referia.

<sup>1</sup> N'um manuscrito da Academia Real das Sciencias.

<sup>2</sup> *Insularium illustratum Henrici Martelli Germani.* (Fac-s. de Lavradio.)

<sup>3</sup> — «ad hunc usq. montem qui vocatur niger per uenit classis secūdi regis portugalie cui classis pfectus erat Diegus canus qui in memoriam rei erexit columnam marmorea cum crucis in signe et ultra processit usq. ad Serram Pardam que distat ab mōte nigro Mille miliaria et hic moritur.»

É curioso isto, sob mais de um aspecto, convindo recordar que Martello regista as descobertas até a — *ultima navigatio portugalesium, ano ani 1489*,— pondo no extremo o — *Padram di S. giorgio*,— sem nenhuma indicação semelhante á anterior, e sem, ao menos, alludir, expressamente, á expedição de Bartholomeu Dias<sup>1</sup>.

Seria muito arriscado suppor que n'esta particular e singular referencia á expedição de Cão se denuncia a existencia das informações directas ou mais seguras recebidas por Martello sobre a — *uera forma moderna affrice secundum descriptione Portugalesium*,— como elle lealmente diz?

Têm-se produzido muitos embaraços e ensaiado engenhosas hypotheses no sentido de identificar as primeiras ou mais antigas designações com as da cartographia moderna.

Não se tem attendido, porém, a uma circumstancia, que o simples confronto das velhas cartas, a cada momento irrecusavelmente revela, e é a de que uma expedição nova ou a de que um novo reconhecimento substitua, repetia, ou deslocava, muitas vezes, as denominações anteriores.

Assim, por exemplo, o *Monte Negro* de Cão, ou de Martello e Beheim, onde aquelle collocou o padrão, é evidentemente o *Cabo Negro*, de hoje, onde até ha pouco elle se conservou, como não ha duvida de que o nosso *Cabo de Santa Maria*, onde se conservou o padrão de Santo Agostinho é o — *c. de s. augustini*,— junto ao — *golfo de s. maria*,— onde elle foi collocado.

Aos pobres descobridores, navegando do norte, aconteceria o que succede ainda aos mareantes de hoje.

Na altura de 15° 30' — «levanta-se a Mesa conica do sul, montanha á feição de cone truncado, de base elliptica e de côr muito escura»,— e embora boje muito a cabo — «difficilmente o vê quem estiver ao norte ou ao sul, por se confundir com a terra mais alta sita pouco para o interior, e só se enxerga então no sitio d'elle uma malha negra»<sup>2</sup>.

Começariam, pois, por chamar *monte* ao *cabo*, e é, até, interessante a conformidade do desenho de Martello com esta descripção do *Roteiro* de Castilho.

Já o Pimentel dizia:—«Como estiverdes tanto avante como o Cabo Negro, que está em 16 graos, vereis que a terra d'elle é grossa

<sup>1</sup> —«huc usq. ad Ilhe & fonte puenit ultima navigatio portugale sium. ano ani 1489.»

<sup>2</sup> Cast., *Roteiro*.

e negra, e com arvoredos muito basto: *é talkado a pique* direito ao mar; bem podeis ir ao longo delle *que é alto*<sup>1.</sup>»

Mas convem notar, até porque não o tem sido ainda, que a navegação e a cartographia posterior a Cão, a Beheim e a Martello, sem desde logo se atrever a rectificar e substituir a denominação ou impressão primeira, introduziu a indicação de *Cabo Negro*, inscrevendo-a mais ao sul, naturalmente segundo lhe determinavam as novas observações astronomicas, e acabando por supprimir inteiramente a de *Monte Negro*, como succedeu á do cabo de *Santo Agostinho*.

De feito, posteriormente ás viagens de Cão e de Bartholomeu Dias, ou no começo do seculo XVI, conservando-se por muito tempo ainda a designação de *Monte Negro*, começa a apparecer mais para o sul a de *Cabo Negro*, a distancia que em um dos *Reportorios do tempo* de Valentim Fernandes, chega a attingir quatro grãos, e a confundir-se com a latitude do *Cabo Frio*, denominação ainda posterior<sup>2</sup>:

- 14º *Monte Negro.*
- 15º *Serra Parda.*
- 16º *Angra das Aldeas.*
- 17º *Manga das Areas.*
- 18º *Cabo Negro.*
- 19º *Os Medões.*

Foi já sob estas indicações e rectificações cartographicas que escreveu Barros, e naturalmente por isso indica o terceiro padrão como collocado em *Manga das areas* junto ao Cabo Negro. O *Monte Negro*, se não desapparecêra já, não figuraria por muito mais tempo nas cartas, posto que a sua determinação não era mais errada do que as primeiras do seu successor: — o *Cabo Negro*.

<sup>1</sup> *Arte de navegar*, etc.

<sup>2</sup> No de 1521, por exemplo. *De como navegavam os portuguezes*, etc. (Bol. da Soc. de Geogr.) No de 1552 reproduz-se ainda o mesmo facto.

## VII

Mas Diogo Cão não parou no Monte ou no Cabo Negro.

Passou alem, até á *Serra Parda*.

Onde fica esta?

As — «1:000 milhas» — de distancia d'aquelle ponto, indicadas por Martello, não têm sido comprehendidas.

Castilho acha-as — «inexplicaveis», — e mais não hesitou nos maiores esforços por identificar a denominação com a da ponta do Pedestal ou de Bartholomeu Dias, em 26° 35' S. para explicar a collocação do Padrão de S. Thiago.

Ora Martello não se limita á indicação da — *Serra Parda* — inscripta para o sul do *Monte Negro*, e immediatamente depois de uma praia das sardinhas, — *piagia de sardigha*; — pinta no interior, indo para o sul ou vindo d'elle, ao longo da costa, uma serie de montes, uma serra ou cordilheira, e duas vezes mais escreve a denominação de — *serra apardam*.

É, porém, na altura em que aquella serra realmente termina, — *hic moritur*, — considerando-a como vinda do extremo sul do continente, que a designação apparece, pela primeira vez, na costa, em ponto identicamente colorido.

Estes documentos antigos precisam ser detidamente examinados, porque ás vezes um elemento que se despreza por insignificante, aparentemente, guarda o segredo da sua interpretação melhor.

Sirva de lição o que exactamente a proposito das viagens de Cão se tem dito e escripto, apesar, e até com citação expressa, da carta e escudo de armas de abril de 1484.

A allusão de Martello o que evidentemente indica é a extensão calculada de uma cordilheira, de uma elevação montanhosa que vem do extremo do continente, e ao longo da costa, terminar no último ponto a que chegou Cão.

E se Castilho, menos preocupado na sustentação de uma ideia antecipada e erudita, não lhe tivesse sacrificado, um pouco, a sua principal auctoridade de observador marítimo, o seu precioso *Roteiro* tel-o-ia naturalmente levado, com regular segurança, á *Serra Parda* do ingenuo cartographo do seculo xv.

Confiemo-nos nós, agora, áquelle excellente e insuspeito piloto.

Em seguida ao *Monte Negro* e dobrado este, Martello aponta-nos na costa uma — *terra alta*.

Ora o que nos diz o *Roteiro*? Descreve-nos uma barreira — «esbranquiçada, cortada a prumo», — que — «vem do interior», — com os seus — «40 metros d'alto e 2 milhas de comprido», — e que — «dado seja bojante, não o é tanto que se lhe possa dar o nome de cabo».

Fez pois muito bem em não lh'o dar Martello, ou mais propriamente Cão. *Terra alta* é que é, ou parece ainda, como pareceu e lhe chamaram os primeiros descobridores.

É a Barreira Branca, a *Sand Cliff*, dos inglezes, — «6 milhas a S. 4 1/2 SO.» — do Cabo Negro.

Lá diz tambem Pimentel: — «indo correndo a costa (para o norte) ate o cabo Negro, vereis serras altas de areia branca pela terra dentro.»

Termina ali, pela banda do NE. a Manga das Areias, ou o porto Alexandre: — uma longa e baixa — «lingua arenosa», — com que é necessario ter cuidado, — «porque já se viu rolo de mar a tres quartos de milha», — e uma enseada aberta ao N. de — «milha e meia de largo na foz e cousa de 2 milhas e terço de largura E.-O.».

O que faz Martello?

Escreve, singela e precisamente: — *enseada* — e — *arena brava*, — areia brava, ou em abundancia, ou revolta.

*Manga das areias*, foi nome que veio depois, pouco depois, até, como lhe succederam os de porto de Pinda e porto *Alexander* ou *Alexandre*, com alguns ainda, talvez, de permeio.

Mas diz logo Martello que sáe n'esta altura ao mar, uma ponta, a sua — *p. uerde*. E diz bem, porque o *Roteiro* passa a descrever-nos a *Sandy Point*, a Ponta de Pinda, com o seu parcel que, debruando a península, se distingue bem — «pela differença da côr das aguas». Verdade seja que se segue ainda a Ponta Albina, de rochedos brancos — «como as ruinas de um edificio», — mas essa, realmente, não offereria um aspecto muito distincto aos olhos dos descobridores.

Depois, a velha carta indica um golpho, o — *g. de balena*, — ou da baleia, e o *Roteiro* descreve-nos uma bahia, a dos Tigres, a *Great fish bay*, das cartas inglezas, que — «abunda em peixe».

O traço physico é com singular felicidade substituído pela denuncia ichthyologica.

E passado o golfo, dá-nos Martello, o Cabo do Padrão, — *c. de padron*, — que lembra naturalmente o de Barros, ou o que elle confundiu com o cabo onde o descobridor assentou o terceiro padrão.

Igualmente o *Roteiro*, deixando para trás a bahia com a sua ponta dos Tigres, que não é mais que a terminação della, e informando-nos de que o chamado Cabo de Ruy Pires, não é bem um cabo mas — «um baixo de areia» — que se forma no verão na intermitente embocadura do Cunene, descreve-nos logo depois um cabo a valer, singularmente caracterizado, — «baixo, de rochedos negros manchados de amarello, lavados pelo mar e muito alcantilados, ao qual *serve de balisa por unico em toda esta costa* um monte escuro», — fazendo — «realçar *as colinas brancas e altas que mais para o sertão correm parallellas á beira mar*».

Se ainda hoje essa singular formação serve de balisa ao cabo Frio, não seria muito extraordinario que lhe chamassem padrão os primeiros descobridores, ou nelles fizesse o effeito optico de uma balisa analogá á que acabavam de collocar no cabo Negro.

Tambem na velha carta começam a apparecer as altas collinas ou montes parallelos á costa, correndo esta sem nenhuma designação nova, picotada a ouro em signal de medoes ou alturas, até uma — *piaggia de sardigha*, — praia da sardinha, de certo; abrindo logo n'uma pequena bahia sem nome, e sempre irregular e picotada, levando-nos, finalmente, ao procurado termo da descoberta de Cão, á *Serra Parda*, que no interior se desenha ou que do sul vem terminar n'esta altura: *hic moritur*.

Que nos diz, a este respeito, o *Roteiro*?

Corre n'elle, tambem, a costa sem nenhuma variante accentuada, em orla de pequenas dunas de areia — «muito claras donde proveio o nome de *praia das neves* com que os nossos antigos baptisaram estas paragens,» — e passando uma longa serie de rochedos escuros — «parecidos com os do Cabo Frio», — abre na bahia, mais propriamente enseada, ora chamada de Santo Ambrosio, ora de Santo Antonio, donde se atira — «*toda de cor acinzada*, baixa, arenosa com suas reintrancias e com duas idas *de medoes de areia, tão altos que lhe valeu o nome de praia das serras*, SE 4<sup>3</sup>/<sub>4</sub> S., *para o cabo da Serra*,» — o cabo *Cross* das cartas inglezas, em 21°48' S.

«Tem esse cabo por conhecida» — acrescenta positivamente o *Roteiro*, — «um morro pyramidal truncado, *de cor escura* e altura mediana, *extremo de uma serrania que se differença bem do mar e corre para E.*»

Nem pára ainda aqui este piloto amigo e certo, muito minucioso

e seguro, que não pensava então, em fazer erudição e polemica na academia das sciencias onde parece que a geographia nunca se achou em graça.

«Para SE. do Cabo,» — accentua elle, ainda, — «se levantam as montanhas Quanvas, Blaawe ou Blue (*Azués*) as quaes teem perto de 1:000 metros de alto, se avistam muito longe por tempo claro, e são optima conheçença para aquellas paragens.»

E sempre, sem pensar em Martello, mas coincidindo com elle, descreve-nos a bahia da Serra que se abre — «logo para o sul do cabo» — como na carta d'aquelle, e ao fundo da qual, e sobre a sua ponta meridional — «que alguns chamam tambem ponta *da Serra*, se erguem varias dunas areentas,» — indicadas pelo picotado d'ouro da velha carta.

E já que temos, muito provavelmente, verificado o ponto extremo da viagem e ultima descoberta de Cão, graças á indicação precisa da legenda do seu primeiro cartographo conhecido, e das designações tão expressivas deste, recolhamos aqui as que no *Insulario* e no *Globo*, os dois registos contemporaneos, devem marcar as explorações do primeiro e de Bartholomeu Dias.

Muitas d'ellas, recolhidas ou copiadas, e geralmente, até hoje, reproduzidas, por estranhos, são já inintelligiveis; outras facilmente se restituem á verdadeira leitura; do maior numero d'ellas, ou logo ou successivamente substituidas, será impossivel determinar a correspondencia actual. Mas a conservação ou identificação de algumas basta para valorisar o registo.

*Martello* (1489)

c. Lupi gonsalves

rio di mathia

c. chatema

piagia de löpadere

golfo del judeo

*Beheim* (1492)

Cabo de S. Catherina

Rio de santo maria

bo granzale

Rio de sa mathia

o raia de juda

beiu de seira

serra de sanato spirito

Rio de S. andre

golfo di S. Nicolo

praia de imperator

Serra corasa da corte

golfo de judeo

ponta formosa

deserta d arena

	ponta branca
	golfo de san martin
	ponta formosa
	golfo das almadias
golfo de udrnlätin	Rio de patron
<i>rio poderoso</i>	<i>Rio ponderoso</i>
põta de padron	
cauo rotundo	
	muoruodo
	rio de madalena
	angra et
rio de fernãdas	Rio de fernanda
	ponta de miguel
	insule de capre
	abdollo
ponta alta	ponta alta
c. s. laurēci	
	o gracil
golfo de s. naia	castel poderoso
<i>c. s. augustini</i>	<i>de san augustino</i>
	angra manga
	cabo dlion
c. zorto	o rio certo
terra fragosa	terra fragosa
<i>monte negro</i>	<i>monte nigro</i>
	capo ponera
terra alta	terra aqua
enseada	Rio de bethlehem
arena braua	anq de gatto
p. uerde	rocão
golfo de balena	aranas
c. de padron	Sant Steffen
piagia de sardigha	Rio do montos
<i>serra parda</i>	Capo leto
c. de s. spirito	oth dauneto
seramas	pont virga
cauo de areas	
golfo mangra	
golfo de balena	
serra apardam	
cauo de areas	
arthaseahadas	

mangra  
cauo de uolta  
serra apardam  
ilbeo de pantame  
uolta da angres  
arostaiha  
cauo desperança

É curioso que, exactamente, do Monte Negro em diante pareçam não coincidir os dois documentos, e seja o de Martello o mais elucidativo.

Tambem, embora, até entre nós, ande a sciencia e a obra de Beheim exageradamente exalçada, a Carta de Martello tem todo o aspecto de um trabalho mais consciencioso e seguro, parecendo, e muita rasão tem, d'esta vez, Castilho, que Beheim, tendo calculado mal as suas medidas, tivera de encolher o desenho, aliás singularmente imperfeito, da parte meridional da Africa, confundindo n'elle a descoberta em que tomára parte com a de Bartholomeu Dias, de que possuia deficiente noticia.

Não se encontra n'elle, como vemos, a *Serra Parda*, limite da primeira que porventura corresponderá ao seu — *Rio do montos* —, e, ou por defeito de comprehensão nos copistas e retocadores, ou porque Beheim não soubesse ainda escrever regularmente o portuguez, muitas das suas designações são perfeitamente inintelligiveis e phantasticas<sup>1</sup>.

Em noticias já do seculo XVI, a *Serra Parda* apparece immediatamente ao *Monte Negro*, um grau ao sul apenas, antes por conseguinte da *Manga das Areias*, do *Cabo Negro*, do *Cabo do Padrão*, etc. É apenas a sobreposição da nomenclatura e das determinações novas.

Mas não só, como vimos, o itinerario de Martello, nos conduz naturalmente ao Cabo da Serra, o Cabo *Cross*, cento e tantas leguas ao sul do Cabo Negro e onde Messem<sup>2</sup> encontrou uma cruz, como tambem aquella indicação é a que mais se conforma com a de Galvão

<sup>1</sup> O *Globo* foi retocado em 1828 e Ghillany observa em carta a Castilho (1872) que — «não é impossivel que apesar do extremo cuidado com que se proceden tenha padecido o seu tanto a fidelidade da copia da letra». Consta que a commissão da academia das sciencias que officalmente organisa a representação *portuguesa* nas festas do centenario de Colombo, em Hespanha, mandára fazer por um excellente pintor hespanhol uma reprodução, em globo de pellica fabricado em Paris, do velho globo de Nuremberg, trabalho que ficou muito bonito e que é uma maravilha de paciencia chinesa realmente barata por 600\$000 réis, preço da pintura, segundo se diz tambem. Fica perfeitamente muito bem... na historia anecdotica das jovialidades academicas!

<sup>2</sup> *The expl. of W. Afr. (Ship. and merc. gazette)*.— *Nant. Magazine*, 1865, citado por Castilho.

quando expressamente informa que Diogo Cão deitára até ao tropico, e com a de Barros, e com a tradição constante dos genealogios, quando dizem que elle avançara duzentas e tantas leguas alem do reino do Congo<sup>1</sup>, ou 375 alem do Cabo de Catharina (1° 52' S.), o que rasoavelmente nos approxima do Cabo *Cross* (21° 48' S.), como já observára Codine e outros.

Na sua preocupação de que na *Serra Parda*, fora collocado o primeiro Padrão de Bartholomeu Dias, e que consequentemente deveria ella ficar muito mais para o sul, em 26° 35', na ponta do Pedestal, onde encontraram os restos d'aquelle, Popham, Thompson e Saisset<sup>2</sup>, Castilho esqueceu que essa designação de *Serra Parda* se repetia, realmente, para o S., na carta de Martello, e que até sob esse ponto de vista reforça a indicação d'este, dizer Barros que Bartholomeu Dias collocara o seu primeiro padrão 120 leguas alem do ultimo da expedição anterior, querendo e devendo talvez, antes, indicar o ponto extremo que essa expedição attingiu.

Em todo o caso o que é incontestavel é que Diogo Cão passou alem do Cabo Negro, na sua segunda, ou mais exactamente na sua ultima viagem, depois da qual inteiramente desaparece do movimento das descobertas portuguezas, morrendo obscuramente, quem sabe se como o seu successor, nas ondas que primeiro cortára, se n'aquella mesma mortandade a que a *Chronica de Nuremberg* allude.

Não explicaria isto o silencio que se faz, a respeito d'elle, — o facto de succeder-lhe immediatamente, em 1486, Bartholomeu Dias a proseguir no descobrimento, levando os indigenas que elle apprehendêra na sua exploração da costa, — e até aquella especie de commemoção affectuosa de Martello que recorda uma inscripção tumular?

Beheim, o companheiro, calou-lhe o nome, se é que não tentou usurpar-lhe a obra, e pelo caminho que o intrepido transmontano abrija precipitaram-se, alvoraçadas e febris, sem mais pensarem n'elle, as novas gerações, olhos postos no luminoso Oriente que elle antevira, talvez, para alem dos morros ironicos da *Serra Parda*.

<sup>1</sup> Aproveito a occasião para introduzir aqui mais uma referencia por ser de Manuel Severim de Faria e inédita (ms. da bibl. nac.):

—«Diogo Caõ — Era Diogo Caõ Caualeiro da Casa d'elRey dom J.º 2.º e homem de grande intendimento e animo e assi o mandou descobrir a costa da Africa auante donde a começara Fernão Gomes da mina, na qual impresa se ouve mui bem e descobrio o Reyno de Congo e allem delle dusentas e tantas legoas, e pos tres padroes de pedra nas partes q̃ denouo descobrio q̃ foraõ os primeiros q̃ nesta impresa se puseraõ e tornando ao Reyno cõ alguãs pessoas do Reyno de Congo e nouas daquelle grande Reyno.» etc.

<sup>2</sup> Cast., l. c. — *Rapp. de M. Saisset*, cit. por Cast.

A Cão succedia Dias, como ao *Principe Perfeito*, que preparára a descoberta da India, succedia o *Rei Venturoso*, que lhe recolhia a gloria e as pareas.

## VIII

Recapitulando, pois, as revelações e as illações positivas dos documentos e factos estudados e acareados, a historia da primeira descoberta do Congo e de Angola, ou da costa africana ao S. do Cabo de Catharina até á Serra Parda,—entre o 1° 52' e o 21° 48' S.,—tem de ser reformada nos seguintes termos geraes.

Affirmando, mal assume o poder, o proposito e o titulo ao senhorio das terras africo-atlanticas, militarmente pela construcção da fortaleza da Mina, diplomaticamente pela embaixada á Inglaterra e nas negociações com Castella, D. João II manda em 1482, Diogo Cão, seu escudeiro, continuar a descoberta para o S., firmando-a, não já com as cruces de madeira que não symbolisavam, caracteristicamente, um direito nacional, mas com padrões de pedra, que formalmente o exprimiam e symbolisavam a intenção e a posse da soberania e do poder politico.

Diogo Cão descobre o esteiro do Zaire, colloca na ponta S. o padrão de *S. Jorge* (6° 6'), e proseguindo a descoberta da costa para o S. assenta o padrão de *Santo Agostinho* (13° 27' 15').

É a primeira viagem descripta pelos chronistas: sómente a sua data é esta: 1482-1483.

É feito cavalleiro e recebe a tença de 10:000 reaes brancos.

Com o pensamento, porém, de attingir o termo da costa africana, que já não deve ficar longe, e de abrir o caminho do Oriente, o rei arma duas caravellas para uma longa viagem em que a descoberta se prosiga, e confiando-as, naturalmente, ao modesto navegador que tão longe avançara já, nobilita-o, memorando-lhe no escudo o feliz inicio da sua resolução de firmar positivamente o senhorio ultramarino.

Parte então, novamente, Diogo Cão, em 1484, depois de meado de abril; em principios de 1485 colloca no Cabo Negro (15° 40' 30') um novo padrão, e passando alem, prosegue a descoberta até á Serra

Parda, — Cabo da Serra, *Cross point* (21° 48') — estando a expedição de volta a Lisboa em 1486.

É a segunda ou ultima viagem de Cão, a que os chronistas se referem.

Exactamente esse novo padrão, — o do Cabo Negro, — é que foi o segundo a entrar, na Sociedade de Geographia, definitivamente substituído no seu posto, em 9 de janeiro de 1892, quatrocentos e sete annos, menos nove dias depois de ter sido collocado lá.

Dentro em pouco teria desaparecido como os mais, sob a acção do tempo ou aos tiros irreverentes dos cruzadores, sem que naturalmente se tivesse incommodado com isso o romantismo de sobre posse que agora se dá ares de entender que é muito mal feito recolher e guardar estas preciosas reliquias...

Ajustados os dois grandes fragmentos d'elle, e alçado ao alto, logo no primeiro relance se reconhece que differe caracteristicamente do de *Santo Agostinho*, mais exactamente dos seus dois antecessores, como que corroborando ainda que não pertenceu á mesma expedição d'elles (Fig. 8).

Differe na fôrma geral, menos acabada, menos artistica, accentuadamente na ligação do fusto com a parte superior e principalmente na fôrma d'esta que, embora escalavrada, vê-se bem que era um parallelepipedo muito differente do cubo d'aquelle.

Como fizemos com o padrão de *Santo Agostinho*, convem recordar as descripções correntes até hoje, d'este do *Cabo Negro*.

Reuniu-as Castilho n'esta noticia: — «Constava, segundo escrevem Cécille e o major Rudzki, de uma columna cylindrica de marmore branco venoso, sem pedestal e com seus 2<sup>m</sup>,64 de alto e 0<sup>m</sup>,2 a 0<sup>m</sup>,3 de diametro, terminada em parallelepipedo com 0<sup>m</sup>,44 de alto e 0<sup>m</sup>,50 de largo, e tudo de uma peça inteiriça. Percebiam-se-lhe signaes de letreiro aberto nas faces do parallelepipedo, mas tão apagados já, que nada se lia. Tinha armas semelhantes ás do procedente, e, acrescenta Rudzki que do meio da parte superior da pedra se erguia uma *cruz de ferro* tosca, já corroida de ferrugem, e tendo n'um dos braços, em letras recortadas em cobre e soldadas á barra de ferro: *Mercur* 27 *j<sup>or</sup>* 1848. Foi posteriormente, e com rasão arrancado este letreiro e affirma o sr. C. Lopes, que depois ali esteve, não ter visto já a cruz. Não nos parece que por falta d'essa ficasse incompleto o monumento de Diogo Cão, visto como muito provavelmente não era ella a primeira do descobridor».

As dimensões indicadas são de Cecille. Rudzki dá outras: altura da columna (parte cylindrica): 2<sup>m</sup>,66; parallelepipedo 0<sup>m</sup>,50 de alto e de largo, e 0<sup>m</sup>,22 de grossura.



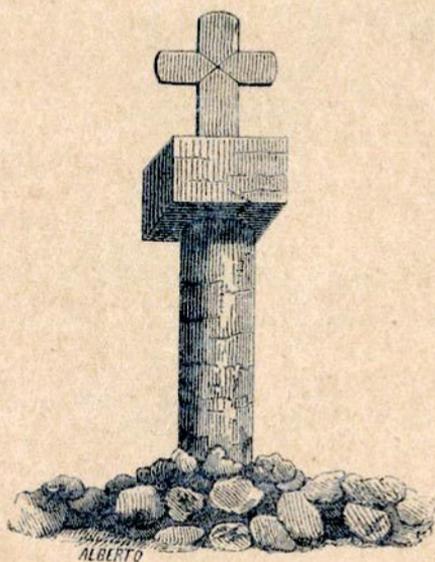


Figura 9  
Padrão do Cabo Negro, segundo Castilho

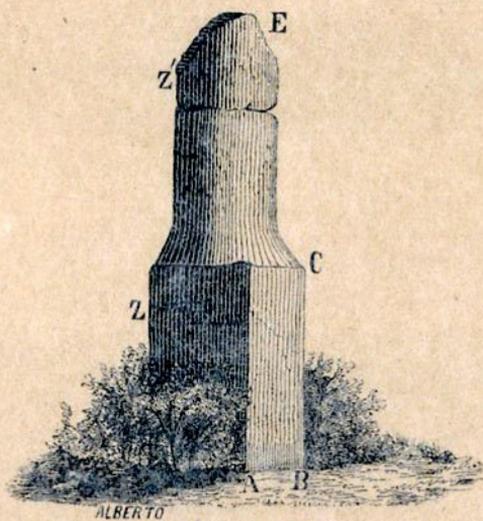


Figura 10  
Restos do padrão primitivo do Zafré

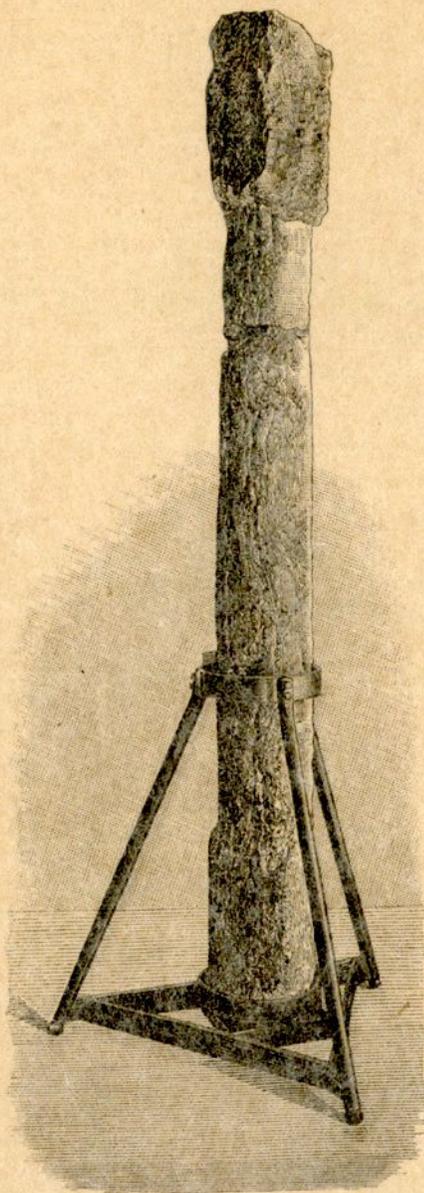


Figura 8

Padrão do Cabo Negro, na Sociedade de Geographia



Castilho dá uma estampa feita por curioso, e que por curiosidade, reproduzimos tambem. (Fig. 9.)

Ora agora descrevamos-o tal como elle entrou e se acha na Sociedade.

Ajustados os dois fragmentos medem 2<sup>m</sup>,47 de altura. Tem o fusto 0<sup>m</sup>,80 de circumferencia, e a cabeça, de 0,46 de alto, apresenta ta duas faces de 0<sup>m</sup>,45 de largura, n'uma das quaes devia estar o braço, percebendo-se ainda um traço da corôa.

Mas nada mais se percebe e é pena porque, como atrás vimos, a fôrma ou linguagem do escudo, principalmente comparado com o dos outros padrões, seria subsidio critico importante.

A face posterior em que havia de estar a inscripção está inteiramente deteriorada parecendo até ter sido d'esse lado lascada a pedra quasi em toda a extensão, a ponto de ficar a descoberto o embutido da cruz. Esta não existe, é claro, e d'aquelle lado está a descoberto o chumbo do embutido.

Mas este, tambem, não revela, como no padrão de Santo Agostinho, que fosse de pedra a cruz primitiva.

As faces lateraes do parallelipedo, de 0,19 de largura apenas, e que nunca seriam muito mais largas ou iguaes ás outras, não parecem ter comportado inscripções.

Evidentemente, este padrão corresponde mais do que ao desenho e disposição dos primeiros, á descripção, por Gaspar Correia, de alguns de Vasco da Gama, em ter duas unicas faces uteis na parte superior.

O marmore ou lioz póde dizer-se, como se disse venoso: apresenta mesmo na parte superior grandes manchas vermelhas.

E pois que tantas vezes temos fallado de outro padrão — o de *S. Jorge*,— digamos alguma cousa d'elle.

Foi certamente o primeiro que Diogo Cão collocou,—o primeiro até dos de pedra — e os restos d'elle corroboram a idéa de que era igual ao de *Santo Agostinho*.

Alçara-o Diogo Cão na ponta da margem S. do Zaire, que se ficou chamando *do Padrão* — 6° 6' S. e 24° 18' 25" E. Lisboa, — que a cartographia ingleza com a desastrada sem cerimonia da sua appellidaçãõ geographica chrysmou em *Ponta Turtle*, como chamou *Congo* ao Zaire e ainda ha pouco ensaiou mascarar-o em *Livingstone*.

Derrubado e quebrado, não se sabe quando, os indigenas levaram-lhe os fragmentos para o interior da Ponta, enfeitando-os e guardando-os ciosamente como feitiço, com um grande recato supersticioso.

*Feitiço de branco*, dos primeiros *brancos* que conheceram, dos verdadeiros *brancos* que reconhecem.

Tambem *lingua de branco* é a lingua portugueza.

Os outros são os *ingrez*, os *francez*, e, agora, os da *pubrica* que nem têm lingua propria,— os do phantastico Estado Livre do Congo, especie do conhecido sacro imperio romano, pois que não é nem estado, nem livre, nem do Congo.

Em 1859 a expedição que foi collocar um padrão novo recordando o primeiro e continuando a sua affirmação da descoberta e da posse portugueza, visitou a singular jazida d'esses restos d'elle.

É sabida a tradição local do caso e nos seguintes termos a relata a curiosa narrativa que existe, manuscripta, na Sociedade de Geographia, de um humilde individuo d'essa expedição:

—«Alguns se dirigiram para o lugar onde ainda hoje os pretos conservam como escondido no fundo de uma cova de areia lá pelo mato dentro, o resto do antigo padrão, d'aquelle que em 1484 (*sic*) Diogo Cam ali levantou quando tomou posse d'estas vastas possessões. Está todo mutilado e despedaçado, cuja occorrença os pretos explicaram assim. Um vapor inglez, dos que aqui vieram fundear, isto já ha longo tempo, principiou um bello dia a fazer tiros de bala para terra, na direcção do pilar, do qual sem duvida fizeram alvo, e tendo acertado com uma bala o reduziram a pedaços, mandando em seguida buscar as pedras, o que effectuaram levando algumas. Porém, no regresso a a bordo e no momento de atracar ao vapor, o escaler se virou, largando as pedras para o fundo e com ellas uns seis ou oito homens que recolhiam a bordo depois de terem desempenhado este bello serviço.

«Os pretos ainda contam isto com horror, dizendo que foi castigo de Deus por lhe virem fazer mal e quebrar o que elles ainda hoje, assim mesmo todo partido, denominam o seu *grande feitiço*.»

Se o escaler não se volta, teriamos naturalmente hoje, no *British Museum*, a parte superior do padrão onde poderia ler-se, talvez, a inscripção respectiva.

Isso resgataria a brutalidade de mais este incidente da tão injusta quanto absurda campanha longamente sustentada pela politica ingleza,— mystificada e trahida pelos negreiros,— contra a regular e legitima occupação portugueza do Zaire.

Esta é que foi realmente a versão colhida em 1859, e subsistente ainda, posto que ás vezes erradamente applicada ao desaparecimento do padrão novo.

Castilho, porém, absteve-se de a referir, dizendo apenas que o monumento fora destruido pelo tempo,— «se é que o não foi pelos hollandezes durante a usurpação, como ha tambem quem affirme» — posto não diga quem e com que fundamento o poderia afirmar.

Em todo o caso, e naturalmente por uma certa deferencia inter-



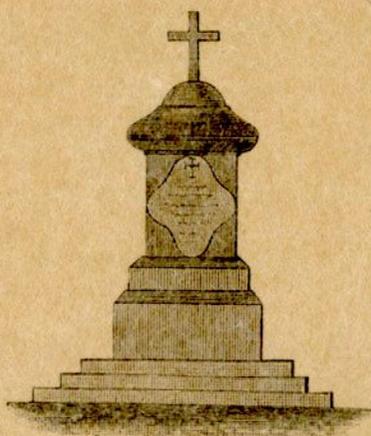


Figura 11  
Padrão de 1859 no Zaire

nacional, a acção do tempo foi a explicação adoptada ou inventada para a inscripção do padrão novo, como veremos.

Continuando, porém, diz o auctor da narrativa:

«A figura que apresento, o pilar que escapou ao vandalismo inglez e que os pretos conservam mettido na cova de areia e no interior do mato, é pouco mais ou menos o que no esboço do fim se demonstra. Parece que foi estalado na superficie do terreno onde se achava, da parte que estava enterrada na areia, cujo sitio não é possível descobrir.

«Em summa, os pedaços de pedra que vimos e cujo esboço apresentámos, estão bastante carcomidos e penetrados pela acção do tempo, porém ainda mostram a figura quadrada (*sic*) do pilar que sahia do terreno, chanfrado nos quatro cantos para a formação do pedestal da cruz. Os dois pedaços que estão no chão, ao pé do pilar, e mesmo um que está no topo do pilar, á dita cruz pertenciam.

«Conservam-se estas pedras todas enroladas com trapos muito besuntados de azeite e sebo, a que chamam vestidura de feitiço e não deixam desatar nem mexer muito n'ellas.»

Esta noticia foi ainda em 1888 confirmada á Sociedade de Geographia n'uma conferencia do distincto professor sueco, Swerin, e n'uma communicação de um delegado portuguez em Santo Antonio do Zaire, que haviam visitado, ambos, então, o curioso jazigo, trazendos o primeiro alguns pequenos fragmentos do escalavrado padrão, que por elles se reconhece, tambem, ser da mesma pedra do de *Santo Agostinho*.

Não reproduzo o esboço alludido por não estar nitidamente comprehensivel, mas dou o apresentado por Castilho e referido tambem a 1859, embora despido dos enfeites indigenas. (Fig. 10.)

Em 13 de setembro de 1859, foi, pois, collocado o novo Padrão, no dorso da ponta d'este nome, a 66 metros do mar, sobre — «cabouco profundo de pedra e argamassa lageado á superficie do terreno».

Melhor do que o poderíamos fazer e do que a descripção do termo official, dá idéa do novo monumento, — por signal de um grande mau gosto artistico, — o seguinte desenho da mesma memoria inedita. (Fig. 11.)

Dirigiu a collocação o illustre official e escriptor, o sr. Sory, que deu ao acto uma feição solemne e commovedora.

Que magoada moção não sentiria aquelle intelligente e honrado marinheiro, cheio de patriotismo e de vida, sentindo-se enleado pelas susceptibilidades diplomaticas e espionado por olhos inglezes, n'aquella modesta commemoração da nossa passada força, porque não dizer, da nossa passada honra!...

A consagração ou inscripção esculpida dizia assim :

*Diogo Cam*  
*Levantou n'este sitio um padrão*  
*de pedra, no anno de 1484*  
*quando descobriu o rio Zaire*  
*e as costas adjacentes, de que tomou posse em nome de*  
*Dom João II, rei de Portugal.*  
*Havendo aquelle padrão sido arruinado*  
*pela acção do tempo*  
*foi por este substituido*  
*no anno de 1859,*  
*sexto do reinado de*  
*Dom Pedro V.*

Evidentemente, seja dito de passagem, a epigraphia acompanhára, na decadencia, a arte !

Este novo padrão desapareceu tambem, e completamente, em 1864.

Arrastou-o uma grande cheia, segundo a versão official.

Outro o substituiu agora, igual aos que substituíram os dois que temos aqui, e já agora darei a estampa do que substituiu o de *Santo Agostinho*, reproduzida da propria photographia que o governo de Angola teve a amabilidade de enviar á Sociedade. (Fig. 12 e 13.)

Como se vê, a arte, honra lhe seja, manifestou uma comprehensão melhor da substituição que lhe confiavam.

É justo reconhecê-lo.

Não produziu, como em 1859, uma construcção tumular, pesada, desgraçosa, incaracteristica.

Adoptou francamente, intelligentemente, o typo elegante e portuguez do *Cruzeiro*.

Seguindo o exemplo do padrão de 1859, os novos padrões indicam o anno em que, segundo a tradição e a opinião corrente, foram collocados os primeiros que respectivamente substituíram.

A isto me referi já, explicando a rasão d'essas datas, agora reconhecidamente erradas.

A inscripção, por exemplo, do que substituiu o de *Santo Agostinho* diz assim :

*O navegador portuguez, Diogo Cam, erigiu, n'este sitio, no anno de 1486, reinando D. João 2.º de Portugal o padrão denominado de Santo*

*Agostinho em memoria do descobrimento e senhorio d'esta costa. Os restos do primitivo padrão foram recolhidos no Museu Colonial de Lisboa no anno de 1891 em que se collocou este padrão.*

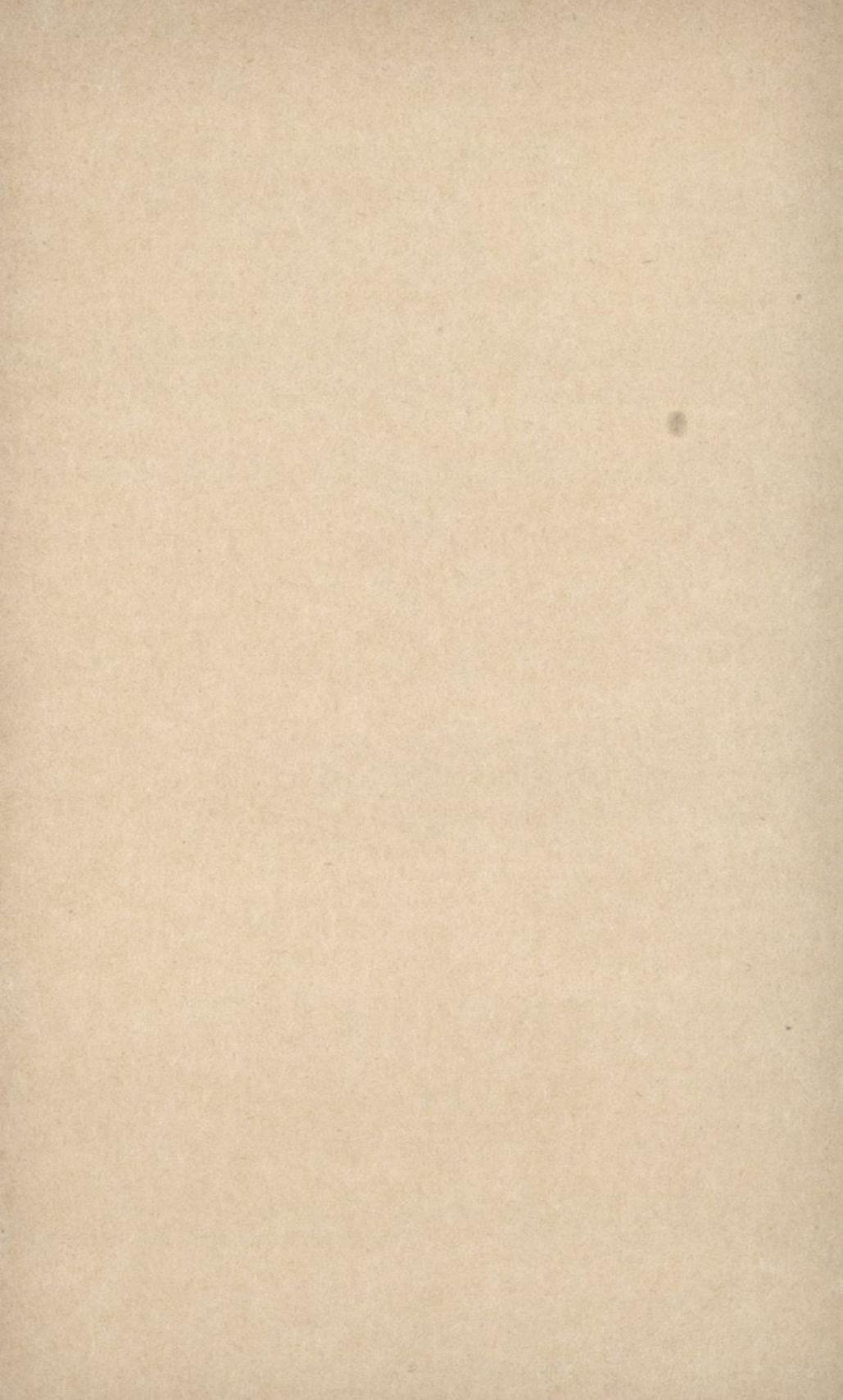
Já agora uma ultima observação.

**Diogo Cão**, e não Diogo *Cam*, é que elle proprio fez inscrever nos padrões e é como dizem os documentos.

*Cam* é uma variante tola de preconceito genealogico <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Quando já estava composto este trabalho recebi uma carta do sr. Teixeira Lobato, o distincto estudioso e presidente da camara municipal de Villa Real, a quem atrás alludo, dando-me a grata noticia de que obtivera da familia *da Nobrega*, d'aquella cidade, representante dos *Caos*, e bisarramente offerecia á Sociedade de Geographia umas velhas e formosas cadeiras cujos espaldares ostentam ainda o escudo do grande navegador transmontano.



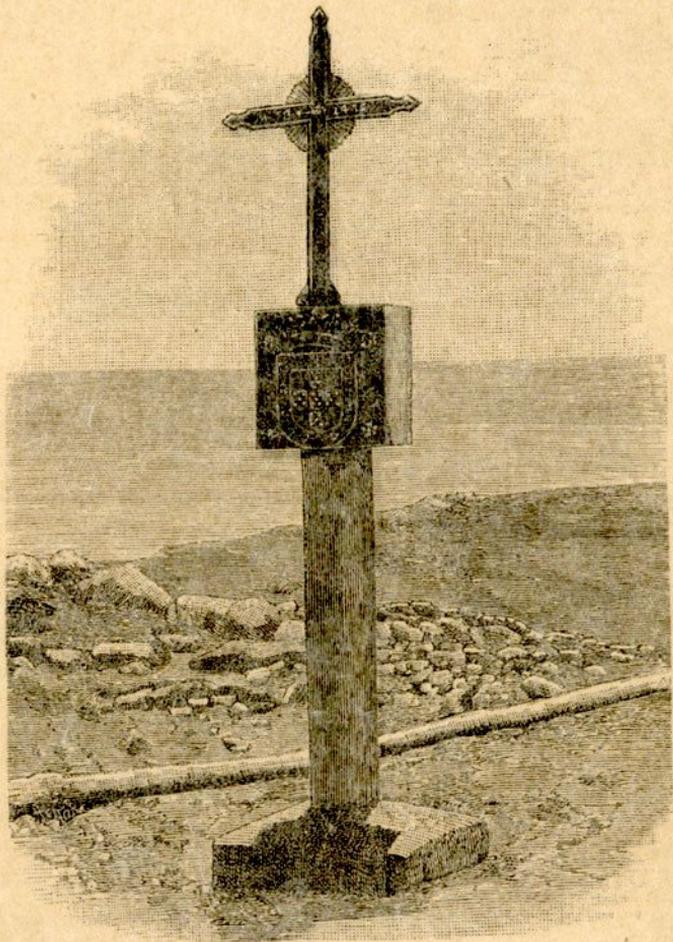


Figura 12  
Os novos padrões (lado do mar)



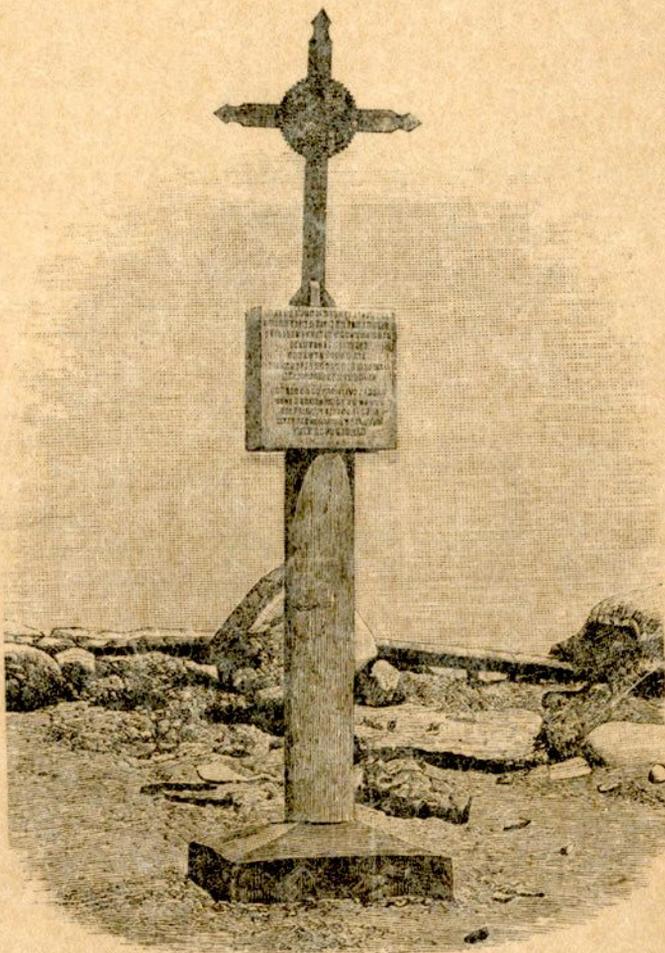


Figura 13  
Os novos padrões (lado da terra)



73

# DOCUMENTOS



## I

Dom João, etc.—A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que, considerando nós como Diogo Cão, cavalleiro da nossa casa, assim nas partes da Guiné como em outros logares nos tem mui bem servido, em especial em esta ida onde o enviámos a descobrir terra nova nas ditas partes de Guiné, de que ora veio, em que recebemos d'elle muito serviço, e assim por o que até ora nos feito tem como polo que adiante esperamos que faça, querendo-lhe em alguma parte galardoar, como a nós cabe fazer aos que assim bem servem, e querendo-lhe fazer graça e mercê :

Temos por bem e nos praz que deste janeiro que ora passou da era presente de quatrocentos oitenta e quatro em diante, elle tenha de ter em cada um anno, pera em dias de sua vida e de um filho seu que por seu fallecimento ficar, dez mil reaes brancos, os quaes queremos que lhe sejam assentados em o nosso thesoureiro de Guiné onde ordenamos que em cada um anno lhe sejam mui bem pagos, e porem mandamos ao nosso thesoureiro dos nossos trautos de Guiné que ora é e ao diante fôr que assim ao dito Diogo Cão, em sua vida, como ao dito seu filho, depois de sua morte, pague em cada um anno os ditos dez mil reaes sem lhe mais delles dar carta tirada da minha fazenda, somente por treslado desta minha carta geral, em cada um anno com conhecimento do dito Diogo Cão, feito por o escrivão do dito thesoureiro, mandamos aos nossos contadores que lhos levem em conta ao dito thesoureiro. E por esta mandamos isso mesmo aos vedores de nossa fazenda assim lho façam em todo cumprir e guardar em vida do dito Diogo Cão e seu filho como dito é. E por firmesa d'elle lhe mandámos dar esta nossa carta por nós assignada e sellada de nosso sello pendente. Dada em Santarem, a 8 dias de abril, Fernão de Hespanha a fez, de 1484.

## II

Dom João, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que considerando nós como aos virtuosos nosso Senhor para sempre

outorga gloria, e que assim em semelhança e imitação, os bons Reis e príncipes, pois na terra, de sua mão teem seu logar e principado, devem dar honra aos que por virtudes e serviços merecem, por onde os outros se chamem a bem fazer:

Portanto, havendo nós respeito como Diogo Cão, cavalleiro de nossa Casa é della merecedor assim pelos serviços que Gonçalo Cão, seu avó fez a ElRei dom João, meu tresavó, dando-lhe Badalhouce no tempo das guerras que havia ElRei de Castella com o dito Senhor, e bem assim aos que seu pae fez a El-Rei meu Senhor e Pae que Deus tem, e por conseguinte aos que elle Diogo Cão fez ao dito Rei meu Senhor e a nós nas partes d'Africa e tambem nas da Guiné, assim na paz como na guerra, e em especial nas ditas partes de Guiné, onde o ora enviámos a descobrir por serviço de Deus e trabalho da augmentação da nossa Santa Fé Catholica, bem e acrescmentamento de nossos reinos se haver e o fazer mui bem, e cumprir em tudo o que lhe mandámos, e assim nisto como nos outros serviços obrar como homem esforçado, leal e desejador de nosso serviço e honra, e querendo-lhe isto em alguma parte galardoar como é rasão fazer aos que taes serviços fazem, e por lhe isso mesmo fazer mercê:

Temos por bem e nos praz de nosso proprio motu, certa sciencia e poder absoluto o separarmos, como de feito separamos, do numero de plebeo e habilitamos e fazemos nobre de cota d'armas. E lhe damos e outorgamos estas armas neste escudo pintadas, ordenadas por Portugal nosso rei d'armas, as quaes elle e os que d'elle descenderem por linha direita de legitimo matrimonio gerados queremos e havemos por bem que tragam, como cousas suas proprias assim em cota d'armas, elmo e escudo, como em todas as outras cousas em que os nobres e filho d'algo d'antiga linhagem podem traser.

E assim mesmo possa desafiar, reptar, responder em corte e fóra d'ella, e entrar em liças, raias, campos, batalhas, transes e em quaesquer outros logares de nobreza e honra, assim por mar como por terra, em paz e em guerra, e em tudo e por tudo gouvir de todas as honras, privilegios, liberdades, isenções e franquezas de que os ditos nobres e filhos d'algo podem gouvir e o dito tão inteiramente como elles faser.

E porem rogamos e encommendamos ao Principe meu sobre todos muito amado e prezado filho, e aos outros que devemos rogar e encommendar, e mandamos a todos os corregedores, fidalgos, cavaleiros e escudeiros, e quaesquer outras justiças e pessoas que isto houverem de ver que hajam o dito Diogo Cão por nobre de cota d'armas e os que d'elle descenderem como dito é, deixando-lhes traser as ditas armas e gouvir inteiramente de todas as ditas honras, isenções e franquias sem lhe indo nem consentindo ir contra elle em parte nem em

tudo, em nenhuma maneira que seja, por quanto nossa mercê e vontade é o havermos por nobre de cota d'armas como em cima é dito.

E supprimos e havemos por suppridas quaesquer clausulas e cousas que para esta nossa carta de nobrecimento ser mais firme e de vigor sejam necessarias e minguem em ella<sup>1</sup>.

E por lembrança nossa e segurança sua e de seus descendentes mandamos passar esta dita carta signada por nós e sellada de nosso sêllo.

E mandamos ao dito rei d'armas que a registre em seu livro com as ditas armas para elle e os outros saberem como o dito Diogo Cão é nobre de cota d'armas e fazer o que a seu officio pertence.

Dada na nossa villa de Santarem aos 14 (*xviiij*) dias do mez de abril Nicolau Eannes a fez, de 1484 (*mil iiijc lxxviiij*).

### III

Copia.—Serie de 1892.—Secção civil.—N.º 10.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Para que v. ex.<sup>a</sup> se digne apresentar a s. ex.<sup>a</sup> o conselheiro governador geral, tenho a honra de lhe enviar o incluso auto que fiz levantar por occasião de se erigir no cabo de Santa Maria o novo padrão para substituir o antigo ali collocado em 1486 pelo navegador portuguez Diogo Cam. Os restos d'este, que consegui encontrar foram remettidos no vapor *Angola* para o ministerio da marinha e ultramar, como me foi ordenado pelo mesmo ex.<sup>mo</sup> sr.

Fiz collocar o novo padrão no ponto mais elevado do cabo de Santa Maria (90 metros approximadamente) para o não expor a que o destruam como tem acontecido a alguns outros, que até têm servido de alvo!

O transporte de pedras tão pesadas para uma altura relativamente consideravel seria muito morosa se não fosse auxiliado pelo commandante da canhoneira *Cacongo*, que da melhor vontade poz á minha disposição a guarnição do seu navio, assim como fui auxiliado pelo agricultor Antonio Teixeira de Mello Madureira, da Equimina, que sem a menor retribuição do governo poz ao meu serviço quinze dos seus serventes. Com estes auxilios cheguei ao Cabo no dia 8 ás dez horas da manhã, e no dia seguinte ás tres horas saí com direcção a Equimina, tendo completado o serviço de que fui encarregado.

Faço acompanhar o auto por duas photographias que representam o novo padrão visto pelos lados onde tem a corôa e a inscripção.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Governo de Benguella, 13 de janeiro de

<sup>1</sup> Silveira leu erradamente «e ninguem en ella», como commetteu outros erros.

1892.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. secretario geral do governo. — O governador, Francisco de Paula Cid.

Está conforme. Secretaria geral do governo em Loanda, 20 de janeiro de 1892. — Jayme Lobo de Brito Godins.

Está conforme. Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de maio de 1892. — *Tito A. de Carvalho.*

Copia.— Aos 9 dias do mez de janeiro do anno de 1892, no Cabo de Santa Maria, dominios portuguezes da Africa occidental, achando-se presentes o capitão tenente Francisco de Paula Cid Junior, governador do districto de Benguella, commandante e officiaes da canhoneira *Cacongo*, cidadãos, Antonio Carneiro de Sousa Lara, Isaac Amzalak, Gilberto da Silva Vidal, commigo José, segundo sargento da armada nomeado para levantar este auto, se erigiu um padrão por ordem do governo de Sua Magestade Fidelissima para substituir o antigo collocado no mesmo lugar pelo navegador portuguez Diogo Cam no anno de 1486.

O actual é formado por uma columna cylindrica de 1,5 metro de altura, tendo por capitel uma lapide quadrada de meio metro de lado, sobreposta uma cruz metallica de 1 metro de comprimento. A lapide tem na face voltada para o mar a corôa portugueza e na face opposta tem gravada a seguinte inscripção :

*O navegador portuguez, Diogo Cam, erigiu n'este sitio no anno de 1486, reinando D. João 2.<sup>o</sup> de Portugal o padrão de Santo Agostinho em memoria do descobrimento e senhorio d'esta costa. Os restos do primitivo padrão foram recolhidos no museu colonial de Lisboa no anno de 1891, em que se collocou este padrão.*

Os restos do antigo padrão que foram encontrados e que constam de uma columna cylindrica de pedra, de 2 metros de comprimento terminando n'uma das extremidades por um parallelipede tendo inscripções em tres faces lateraes e a corôa portugueza na quarta, foram recolhidos a bordo da mesma canhoneira que se acha ancorada na bahia de Santa Maria junto ao cabo do mesmo nome, para serem enviados ao ministerio da marinha e ultramar. E para constar se lavrou este auto que vae assignado por todas as pessoas presentes e acima mencionadas. — Francisco de Paula Cid, capitão governador — Julio Cardoso Pacheco Moreira, primeiro tenente, commandante — Bernardo de Mello e Castro Moreira, guarda marinha — Francisco Augusto da Conceição Gomes, machinista conductor — A. Carneiro

Sousa Lara—Isaac Amzalak—Gilberto da Silva Vidal—José, segundo sargento.

Está conforme. Secretaria geral do governo em Loanda, 20 de janeiro de 1892.—Jayme Lobo de Brito Godins.

Está conforme. Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar em 30 de maio de 1892.—*Tito A. de Carvalho.*

#### IV

Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—Tenho a honra de junto remetter a v. ex.<sup>a</sup>, como digno presidente da Sociedade de Geographia de Lisboa, a photographia (pelas duas faces) dos padrões collocados nos cabos *Negro* e de *Santa Maria*, que ficaram substituindo os primitivos levantados pelo grande navegador Diogo Cam.

O que restava d'aquelles vae ser directamente remettido para o ministerio da marinha pelos governadores de Benguella e Mossamedes.

Por enquanto não tive conhecimento official da collocação do padrão na foz do Zaire, mas espero que não se fará esperar muito tempo essa communicação.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> Palacio do governo geral em Loanda, 12 de fevereiro de 1892.—Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. presidente da Sociedade de Geographia de Lisboa.—*Guilherme Augusto de Brito Capello.*



